



# Anais da Assembléia

Nº 48

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 13 DE MAIO DE 1993.

ANO XIX

## MESA DIRETORA

**ORLANDO PESSUTI**  
Presidente - PMDB

**HERMAS EURIDES BRANDÃO**  
1º Vice-Presidente - BPI

**GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO**  
2º Vice-Presidente - PP

**ANIBAL KHURY**  
1º Secretário - PTB

**DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO**  
2º Secretário - PP

**BASILIO ZANUSSO**  
3º Secretário - PFL

**CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI**  
4º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## LIDERANÇAS

|                |   |
|----------------|---|
| PMDB - Governo | Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR          |
| PFL            | Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO    |
| PDT            | Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA         |
| PTB            | Deputado ERONDY SILVÉRIO                |
| PSDB           | Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI        |
| PT             | Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha) |
| PL             | Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO        |
| PP             | Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA         |
| BPI            | Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI        |

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB - 12:** Arelindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 06:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nenson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João F Falavinha Iensen; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 07:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Lourenço Fregoneze - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafto Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania

(\*) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 44.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 1993  
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Geraldo Cartário, secretariada pelos Senhores Deputados Heinz Herwig e Luiz Carlos Zuk.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondv Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregoneze, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (53). Achan-do-se ausente o seguinte Senhor Deputado: Dalton Machuca (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

OFÍCIO Nº 1894/93  
Senhor Presidente.

Venho através do presente, justificar a minha ausência na Sessão Ordinária do dia 13/05, por compromissos inadiáveis em minha região.

Sem mais, renovo meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 13.05.93  
(a) ROSSONI

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1248

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Boaventura Ribeiro Borges, falecido no dia 13/05/93, bem como o envio de expediente a Senhora Albina da Silva Borges (esposa do falecido) e ao Vereador Orlando Ribeiro Borges (filho do falecido).

Sala das Sessões, em 13.05.93  
(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

A morte do Senhor Boaventura Ribeiro Borges comoveu a todos que o conheciam e admiravam. Agricultor residente na Comunidade de São Luiz, radicado há muitos anos no Município de Salto do Lontra/PR, ele sempre se destacou como um ativo membro da comunidade, com participação efetiva nos movimentos que diziam respeito aos interesses da população, galgando com estas atitudes o carinho de todos.

REQUERIMENTO Nº 1232

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja transcrito na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulação pela data que marca o 105º aniversário da Abolição da Escravatura no Brasil.

Medida esta, que devolveu à raça negra a condição humana e cristã da sua igualdade e oportunidade perante a sociedade brasileira.

Requer, ainda, se dê conhecimento ao Clube Literário Recreativo 13 de Maio de Ponta Grossa, que naquela comunidade muito contribuiu para o engrandecimento e desenvolvimento da cidade e da região, pois em seu seio além de cultuarem as tradições da raça negra associam-se em todas as ocasiões com as aspirações comunitárias.

Sala das Sessões, em 13.05.93  
(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1239

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, registro de votos de congratulações a SUCESU - Sociedade de Usuários de Informática e Diretriz de Empreendimentos S/A, pela organização do MERCOSOFT - evento de suma importância.

Sala das Sessões, em 13.05.93  
(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A iniciativa da SUCESU em organizar o

MERCOSOFT - Congresso e Encontro de Negócios de Software do MERCOSUL, merece nosso total e irrestrito apoio, não só do Poder Legislativo do Estado do Paraná, mas de todos os segmentos envolvidos com o Setor de Informática, servindo como um momento de reflexão para analisar as novas perspectivas de informática após o fim da reserva de mercado.

## REQUERIMENTO N° 1251

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos votos de congratulações à Boca Rouge, pela comemoração dos dez anos de sua fundação.

Fundada em 1983, a Boca Rouge tem como finalidade congregar as mulheres que se interessam pela vida da cidade de Curitiba e se destacam dentro de suas atividades, denunciando quaisquer discriminações, conforme recomendações da ONU sobre o "status" da mulher.

Em jantar comemorativo realizado no dia 12 de maio próximo passado, a Boca Rouge, presidida pela Vereadora Rosa Maria Chiamulera, homenageou as seguintes personalidades: Alice Ruiz, Alice Marlene Grimm, Ana Aparecida S. R. Ferreira, Cristiane Canet Mocelin Almeida, Cristina Neves de Souza, Dailza Damas Ribeiro, Diva B. Giacomel, Eliane Doring, Eliana L. S. Kfourri, Ingeborg W. C. Marenzi, Ivanira T. G. M. Gomes de Pinheiro, Genny Roda de Pizani, Kátia Jorge de Bittencourt, Laís S. Fávoro, Leonilda Enke, Leonir Neves de Souza, Maria da Graça K. Lopes, Maria Elisa Ferraz Paciornik, Maria Lúcia R. Guimarães, Marilene T. Amaral Tezelli, Marilu de Souza Netto, Marilu Ferreira, Mila Behrendt, Neide M. P. Brunetti, Neuza M. Ramos Culpi, Priscilla de S. Benevides Carneiro, Rejane de Medeiros Cervil, Rejane de Paula Menezes, Rose Mary B. Iacomini, Roseli R. Hanai, Stella Winnikes, Suely Capella Nascimento, Sulamita Souza, Terezinha de Jesus Nacli.

Que o presente voto de congratulações represente os cumprimentos do Poder Legislativo às homenageadas, pela atuação de destaque na comunidade, e à Boca Rouge, pelo vigilante trabalho em defesa dos direitos da mulher em nossa sociedade.

Sala das Sessões, em 13.05.93

(a) ALGACI TÚLIO

## REQUERIMENTO N° 1242

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata da presente sessão, votos de regozijo e cumprimentos pela passa-

gem do 3° aniversário de criação do município de Ventania, com território desmembrado do Município de Tibagi, expressões essas que atribuí às pessoas do Exmo. Sr. Antonio Heli Santiago, Digníssimo Prefeito Municipal, ao Ilustríssimo Senhor Ivan Gilhen Ponz, Mui Digno vice-Prefeito Municipal, ao Exmo. Senhor Henrique Laforce Gomm, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal, ao Ilustríssimo Senhor Oli Vasconcelos Dias, Mui Digno vice-Presidente da Câmara, ao Ilustríssimo Senhor Osni Tomaz Pereira, Mui Digno Primeiro Secretário, à Ilustríssima Senhora Marisa das Graças Gonçalves Sabatoti, Mui Digna Segunda Secretária, e aos demais Ilustres Vereadores, integrantes daquela colenda Casa: Sebastião Ferreira da Cruz, Antonio Pedroso Ribas, Oniz Expedito Vieira Coelho, Adelino Oliveira de Assis e Marcos Odinan Barbosa.

Da decisão do Plenário, Requer, ainda, seja dada ciência àquelas autoridades.

Sala das Sessões, em 13.05.93

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

## JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Ventania, integrando o Município de Tibagi, foi criado pela Lei Estadual n° 93 de 14 de setembro de 1948 e, instalado aos 30 dias do mês de janeiro de 1949.

Constituindo um importante entroncamento rodo-ferroviário do Estado, com ligações para os grandes centros urbanos, o Distrito de Ventania sempre teve sua agricultura calcada na melhoria da produção de sementes e sua mão-de-obra absorvida pela atividade agropecuária, indústria e extração de madeira (Pinus).

Dotado de considerável infra-estrutura, servido por sistema de água encanada (com capacitação e distribuição pela Prefeitura - inclusive para abastecimento dos Núcleos Habitacionais), energia elétrica da COPEL, comércio próspero, sistema de ensino e órgãos representantes da Administração Pública Estadual e Federal; o Distrito de Ventania possuía vida autônoma quanto aos aspectos de natureza social, política, econômica e urbana.

Sua população (aproximadamente onze mil habitantes e quatro mil eleitores trazia em seu coração a semente da liberdade, o sonho de tornar-se o "Município de Ventania" desmembrando-se do Município de Tibagi.

Por isso, no ano de 1986, pela vontade soberana de suas lideranças - apoiadas pelas representações políticas de Tibagi - iniciou-se a grande luta da emancipação política e administrativa do Distrito de Ventania.

A luta foi constante. Cresceu e intensificou-se a partir de 1987 quando os líderes comunitários e políticos de Ventani-

elegeram nova Comissão Pró-Emancipação presidida pelo Senhor José Dari Donha Artério e, culminou no ano de 1989, quando no dia 15 de agosto materializando a vontade da população, este Deputado - Djalma de Almeida César - apresentou na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná o Projeto de Lei nº 199/89 onde demonstrava existir todas as condições legais para a viabilização da criação do município de Ventania.

No dia primeiro de setembro de 1989, através da Resolução nº 44/89 a Assembléia Legislativa do Paraná autorizou a realização do plebiscito para consulta à população.

Realizado este - no dia 25 de março de 1990 - foi consagrado nas urnas, através do voto popular, o interesse pela criação do Município de Ventania, uma vez que dos 3.017 eleitores habilitados, compareceram 2.255 (74,743%) e, destes 2.046 (30,732%) disseram SIM à emancipação do distrito e apenas 134 (5,943%) disseram NÃO.

Cumpridos os trâmites legais, finalmente, através da Lei nº 9.244/90 de 14.05.1990 - publicada no Diário Oficial nº 3264 de 15.05.1990 criou-se o Município de Ventania.

Assim, há exatamente 3 anos - completados no dia 15.05.93 - o Município de Ventania é uma das prósperas e crescentes estrelas a luzir nos céus do nosso querido Paraná; por isso, este parlamentar, não poderia deixar de parabenizar a todos que, de uma maneira ou de outra, lutaram para a concretização da emancipação política e administrativa do laborioso e determinado povo de Ventania!

#### REQUERIMENTO Nº 1236-A

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja realizada Sessão Solene da Assembléia Legislativa, no dia 03 de junho próximo, às 17 horas, em conjunto com a COMITES - Comitato Degli Italiani All'Estero, para comemoração da Data Nacional da República da Itália, ocasião em que serão homenageados, pelos serviços prestados ao nosso Estado, as seguintes personalidades de origem italiana:

- Sinibaldo Trombini (in memorian);
- Natalino Tulio;
- Frei Miguel Maria Bottacin;
- Mario Garau;
- Rubens Catenacci;
- Guido Borgomanero;
- Carlos G. P. Molinari;
- Joel Malucelli;
- Gianfranco Bertoni;
- Representante da R.A.I. (a confirmar).

Requer, outrossim, que na mesma data,

seja cedido o pequeno auditório deste Poder (Plenarinho) para reunião de trabalho dos COMITES, das 14h às 17h.

Sala das Sessões, em 13.05.93.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO Nº 1238

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER à Mesa, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Digníssimo Senhor Secretário de Estado da Educação - Prof. Elias Abrahão, visando a liberação de recursos para a construção de uma sala de aula para ensino pré-escolar no Colégio Estadual Presidente Kennedy, em Maringá.

Sala das Sessões, em 13.05.93.

(a) JOÃO PREIS

#### JUSTIFICATIVA:

O bairro do Mandacaru em Maringá, possui, além de sua população adulta, muitos habitantes menores, que sentem falta de instalações, para que possam ir para a sua aula e aprender a dar os primeiros passos na carreira escolar.

Temos a certeza de que nossa proposta é a vontade de toda a comunidade de Mandacaru. Esta vontade está espelhada no expediente que anexamos a esta justificativa.

O planejamento diz respeito não às decisões futuras, mas a impactos futuros de decisões presentes.

Que a solicitação seja atendida com a máxima brevidade possível para que, no próximo ano, ao tentar efetuar a matrícula, a clientela da pré-escola possa usufruir dos benefícios da escola pública, sem os desagradáveis contratempos que ocorrem em consequência da falta de salas de aula.

#### REQUERIMENTO Nº 1233

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação, Professor Elias Abrahão, solicitando ônibus e veículos para estudantes do Município de Jaguariaíva.

O Município<sub>2</sub> de Jaguariaíva, com uma área de 1748 km<sup>2</sup>, um município essencialmente agrícola, com uma população aproximada de 16.000 habitantes, dos quais na sua maioria reside no quadro rural.

Sendo assim, o Município se obriga a colocar vários veículos à disposição do transporte escolar, inclusive com horários intercalados, visto que o número de estudantes que se desloca do campo para a cidade é grande.

Desta forma, a Prefeitura não vem conseguindo atender a demanda, e por isso,

Curitiba, quinta, em 13.05.93

necessita deste recurso através da Secretaria de Educação, para dar continuidade no setor de transporte escolar.

Sala das Sessões, em 13.05.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1234

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação, Professor Elias Abrahão, solicitando ônibus e veículos para estudantes do Município de Castro.

O Município de Castro, com uma área de 3169 km<sup>2</sup>, um município essencialmente agrícola, com uma população aproximada de 65.000 habitantes, dos quais na sua maioria reside no quadro rural.

Sendo assim, o Município se obriga a colocar vários veículos à disposição do transporte escolar, inclusive com horários intercalados, visto que o número de estudantes que se desloca do campo para a cidade é grande.

Desta forma, a Prefeitura não vem conseguindo atender a demanda, e por isso, necessita deste recurso através da Secretaria de Educação, para dar continuidade no setor de transporte escolar.

Sala das Sessões, em 13.05.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1235

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública, José Moacir Favetti, solicitando uma ambulância para a 5.<sup>a</sup> Companhia da Polícia Rodoviária do Paraná, destacada em Ponta Grossa.

Ambulância esta, que irá auxiliar os policiais no atendimento aos acidentados, podendo assim salvar vidas, visto que o tempo para que o socorro chegue será bem menor.

Este veículo atenderá toda a região dos Campos Gerais, pois a Polícia Rodoviária não tem meios de atender prontamente os feridos, necessitando do préstimo de terceiros para transportar feridos e acidentados.

Sala das Sessões, em 13.05.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1236

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação, Professor Elias

Abrahão, solicitando uma linha telefônica para a Escola Estadual Sirley Jagas - Ensino de 1° Grau, no Núcleo Residencial Santa Luzia, na Cidade de Ponta Grossa.

Esta escola dista aproximadamente 15 km do centro da cidade, tendo assim dificuldades em comunicar-se com o Núcleo Regional de Educação e outros órgãos.

Em anexo envio cópia do ofício enviado pelo Conselho Escolar da escola acima citada.

Sala das Sessões, em 13.05.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1240

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que encaminhe expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de executar reparos no sistema de canalização que passa no meio da Praça Faraó Akhenaton, no bairro do Bacacheri. O pedido foi feito pelos moradores da Rua Vereador Augusto Staben, os quais afirmam que quando chove, ocorre inundação nessa praça e a sujeira do esgoto espalha-se por todos os arredores. Pedem urgência no atendimento, pois além do grande transtorno que é causado à toda população, há o perigo de transmissão de doenças.

Sala das Sessões, em 13.05.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1241

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores da Colônia Gabriela, localizada em Almirante Tamandaré. Afirmam os moradores da Rua das Laranjeiras, que o serviço de correspondências não passa nesta rua, motivo este que dificulta a vida de muitas pessoas que ali moram e que necessitam deste benefício.

Sala das Sessões, em 13.05.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1243

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A, solicitando a implantação de uma Central de Arrecadação e Jardim Alvorada no Município de Maringá.

Tal solicitação justifica-se plenamente, haja vista o atendimento efetuado pel

atual Central de Arrecadação, localizada no centro de Maringá, não tem condições de prestar um bom atendimento à população maringaense formando grandes filas, havendo caso que o cidadão que utiliza deste sistema de serviços chega a permanecer por mais de três horas nas filas, gerando insatisfações e protestos.

Com a descentralização dos serviços, acreditamos que a população localizada no Jardim Alvorada, redondeza que soma aproximadamente em torno de 120.000 (cento e vinte mil) habitantes terá um atendimento de melhor qualidade e desafogaria o atendimento na Central já existente, localizada na Av. Brasil, esquina com Av. Paraná, em Maringá.

Sala das Sessões, em 13.05.93.

(a) JOSÉ ALVES

#### REQUERIMENTO N° 1244

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado ofício dirigido ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, com intuito da liberação de materiais odontológicos para a municipalidade de Rio Azul.

Atualmente, não vem sendo possível atender a contento todas as pessoas que necessitam de tratamento dentário. Os problemas enfrentados decorrem da falta de materiais mínimos até mesmo como trabalho preventivo.

Que essa Secretaria de Estado avalie, na medida do possível, e dê o necessário respaldo a tão justa solicitação.

Sala das Sessões, em 13.05.93.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 1245

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Banco Central, em Brasília, objetivando manifestar nosso apelo no sentido de que sejam reabertas as agências do Banco do Brasil, nos municípios de Rio Azul e Teixeira Soares.

Sala das Sessões, em 13.05.93.

(a) TOTI COLAÇO

#### JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação não ocorre por mero acaso. É fruto de constantes reivindicações daquele laborioso povo e das consequências negativas do ponto de vista sócio-econômico, advindos do fechamento das agências.

Faz-se mister ressaltar o inegável potencial daquela região, comprovado pelo número elevado de operações que movimenta-

ram as agências durante seu funcionamento.

Rio Azul, mantinha em sua agência mais de 1610 contas correntes, além de 1200 cadernetas de poupança, perfazendo um giro de milhões de cruzeiros. Lá foram contratados acima de 795 financiamentos agrícolas, que faz girar a economia local.

Teixeira Soares, tem sua economia baseada na agricultura, destacando-se também na indústria. Conta atualmente com mais de 970 produtores rurais. Em seus 11 anos de funcionamento, de Fev/84 a Mar/91, o Banco do Brasil sempre apresentou crescimento em suas atividades, possuindo mais de 700 contas correntes e 900 cadernetas de poupança. Lá foram contratados mais de 450 operações de crédito agrícola.

Tais dados numéricos servem tão somente para evidenciar em parte nossa posição. Queremos, acima de tudo, destacar os incontornáveis prejuízos causados à economia de Rio Azul e Teixeira Soares, de forma muito particular aos pequenos e médios produtores rurais que dependem do apoio financeiro dessa importante instituição financeira.

Assim sendo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, ao renovarmos este apelo, esperamos que haja a sensibilidade para o assunto tão sério, merecedor de uma decisão célere e acertada, que avaliará a apuração técnica mas que também levará em consideração o lado econômico e social.

#### REQUERIMENTO N° 1250

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente, à Secretaria de Esportes, município de Maringá e também à Empresa Atacadão S/A, parabenizando pela iniciativa da promoção realizada no dia 10 de maio de 1993, dia do aniversário de Maringá aonde foram arrecadados mais de vinte toneladas de alimentos não perecíveis destinado a PROVOPAR do município de Maringá, para serem distribuídos às pessoas carentes.

Sala das Sessões, em 13.05.93.

(a) JOSÉ ALVES

#### REQUERIMENTO N° 1252

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná; ao Excelentíssimo Senhor José Moacir Favetti, Secretário de Estado da Segurança Pública e ao Senhor Luis Fernando Viana Artigas, Delegado Geral da Polícia Civil do Paraná, consubstanciado em solicitação, para que

seja autorizado a criação e instalação de uma Subdivisão Policial na cidade de Toledo.

Sala das Sessões, em 13.05.93.

(a) DUÍLIO GENARI

**JUSTIFICATIVA:**

Toledo, na condição de sede microrregional, com uma população estimada em 100.000 habitantes, há muito reivindica e espera a criação de uma subdivisão policial.

Como a adversidade sócio-econômica afetou a sociedade brasileira, com o agravamento das condições de vida da população, resultado do desemprego, êxodo rural e outros.

Mesmo estando Toledo situado numa região privilegiada, também sofre estas conseqüências, pois apresenta-se como "região polarizante", está ampliando os seus bolsões de pobreza e recebendo a cada dia mais e mais pessoas oriundas dos campos e outras cidades. Quadro este que se torna ideal para o surgimento do crime, muitas vezes na tentativa de sobreviver são levadas à prática do furto, roubo, prostituição e até tráfico e consumo de drogas.

A população, ordeira, trabalhadora e que produz bens e riquezas para o desenvolvimento de seu município, região e Estado, sofre tais impactos e sente-se insegura.

A atual estrutura que se apresenta em Toledo, mesmo com a atuação do Delegado de Polícia, juntamente com o seu efetivo e a Polícia Militar estar sendo exemplar, é precária e carente de mais ação, que somente poderá ser alcançada com maior estrutura, viaturas, efetivos da Polícia Civil e Militar e conseqüentemente com a criação da Subdivisão Policial.

**REQUERIMENTO N° 1237**

Senhor Presidente.

Requeiro, à egrégia Casa, na forma regimental, se digne enviar correspondência ao Excelentíssimo Senhor Itamar Franco - Mui Digno Presidente da República Federativa do Brasil - apresentando o nome do honrado Juiz Togado Doutor Fernando Eizo Ono para Juiz da 4.<sup>a</sup> ou 5.<sup>a</sup> Turma do Tribunal Regional do Trabalho - 9.<sup>a</sup> Região - Curitiba-Pr.

Sala das Sessões, em 13.05.93.

(a) OSWALDO TREVISAN

**JUSTIFICATIVA:**

A nossa pretensão é apresentar ao Excelentíssimo Senhor Itamar Franco - Mui Digno Presidente da República Federativa do Brasil, o nome honrado do Juiz Togado Doutor Fernando Eizo Ono, para Juiz da 4.<sup>a</sup> ou 5.<sup>a</sup> Turma do Tribunal Regional do Trabalho - 9.<sup>a</sup> Região - Curitiba-Pr. Magistrado com longos anos de serviços prestados ao Poder Judiciário, com honradez,

trabalho, dedicação e competência, possui todos os atributos indispensáveis para receber o prêmio do seu trabalho profícuo, aplicando em suas sentenças, justiça social justa e duradoura para todos.

**REQUERIMENTO N° 1249**

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja transcrito nos Anais do Poder Legislativo o artigo "O 13 de maio e a isonomia social", de autoria do jornalista Narciso Assumpção, publicado pelo jornal do Estado desta data.

"Rir! Não parece ao século presente  
Que o rir traduza, sempre, uma alegria...  
Rir! Mas não rir como essa pobre gente  
Que ri sem arte e sem filosofia

Rir! Mas com o rir atroz, o rir tremente  
Com que André Gil eternamente ria.

Rir! Mas com o rir demolidor e quente  
Duma profunda e trágica ironia

Antes, chorar! Mais fácil nos parece.  
Porque o chorar nos ilumina e nos aquece  
Nesta noite gelada de existir".

(Cruz e Souza)

Peço, emprestadas as palavras de um dos maiores poetas brasileiros, um negro corajoso e de inteligência e talento raros, Cruz e Souza, para introduzir a homenagem da Bancada do PDT por ocasião da comemoração da abolição da escravatura neste 13 de maio.

Socorro-me de Cruz e Souza para justificar o Requerimento de transcrição nos Anais do artigo do negro, jornalista, Narciso Assumpção, paranaense, por ocasião desta data.

E o que une a poesia de Cruz e Souza ao pensamento de Narciso, publicado no Jornal do Estado?

A vontade de chorar que ilumina e aquece, na noite gelada de existir.

É gelada a noite dos negros do Brasil. Nosso Estado Democrático de Direito, que estabelece igualdade de oportunidades e de tratamento pela lei para todos os homens, esqueceu-se de que preconceito não se acaba por decreto.

Não existem mais as amarras, as correntes e os castigos sangrentos. Num treze de maio todos foram abolidos. Para os ufanistas, por benevolência de Izabel, a mulher do Conde; para os histórico-críticos, por pressões insuportáveis da Inglaterra, berço da Revolução Industrial, ávida por mercados consumidores. Negro escravo não consome. Negro livre também não.

Enganaram-se os ingleses.



Do dia para a noite não saíam os escravos da senzala para a casa grande, por uma ordem da Princesa.

Como diz Narciso Assumpção, em seu artigo: "A abolição de 13 de maio de 1888, a Lei Áurea, deu a liberdade aos escravos, mas a liberdade de ser empregados e marginais, por que muitos negros saíram das fazendas sem dinheiro nenhum e nenhuma lei se ocupou de favorecer a entrada deles nos novos trabalhos".

O negro ficou então, no mesmo lugar. Escravo agora da miséria paga pelo senhor e das volumosas dívidas que contraía, com o próprio senhor, para sobrevivência sua e da família.

Essa escravidão, econômica, nenhuma princesa veio abolir. Não são abolidas, também, por decreto, relações sociais injustas e desiguais.

"O 13 de maio só traz ao negro a recordação viva de que nada mudou para os descendentes de africanos e que, mesmo a autofagia surrealista que campeia no Brasil, com uma boca maquiada, devorando a si mesma, e a cabeça, como máquina assassina, banqueteando-se com os membros de uma raça, que ainda teima em se aninhar em guetos, e quilombos, esperam que o contraracismo se agigante, como um demônio enlouquecido da ausência da História, da subtração da substância, do delírio do vazio e a discriminação não viva tanto, enquanto dure", invoca Narciso.

É aí, sim, d'outro lado levantar-se-á enlouquecido o simbolista Cruz e Souza, rindo escandalosamente, cheio de alegria, de arte e filosofia.

Cessa a noite gelada de existir.

Tantos séculos de escravidão, tanta vida trocada por dinheiro, uma África dizimada pelo colonialismo, negros brasileiros mortos, brancos brasileiros mortos, uma caneta dourada oficializada a tal liberdade. Mais de um século depois, é fácil encontrar o preconceito, a discriminação hipócrita, velada, num pedido de emprego, num concurso público, dentro de um ônibus, numa operação policial para detenção de suspeitos.

De quem se suspeita primeiro, Senhores Deputados? Do branco, de camisa de seda, pregador de pérola e gravata Hermès?

"O racismo no Brasil é útil na visão de assimilação. É útil porque, como um filtro deixa subir na sociedade só os que aceitam a maneira de pensar dos de cima. Por isso, para subir, o negro tem que vender a alma, se possível branca, e tornar-se branco, pensar como quem manda e agradecer sempre a ele a possibilidade de ser menos pobre.

Dessa maneira, por culpa do racismo, o negro tem, além da pobreza, outra barreira que lhe impede melhorar as suas condições

de vida. E continua, depois de tantos anos, a formar um grupo social, às vezes uma massa, que só serve aos interesses de quem já possui muito", avalia Narciso, lúcido e incisivo, o tratamento ao negro na sociedade capitalista.

Nos Estados Unidos policiais são julgados por tratamento desumano a negros, não sem antes, o paraíso democrático da América assistir a noites de revolta social pela iminência da injustiça.

Na África do Sul a minoria manipula, prende, sufoca, mostrando o que assimilou completamente as lições das metrópoles europeias.

No Brasil a discriminação reforça os traços de modelo perverso e ainda marcanamente colonial e empurra os negros para a legião dos desempregados, dos marginalizados.

Não há quilombos para refúgio. A miséria está por toda parte e, como disse Brecht, "os dominadores se estabeleceram por mil anos".

Que neste e em todos os 13 de maio brasileiros tenhamos viva - e cada vez mais viva - a idéia de que a única e verdadeira liberdade, para negros e brancos, homens e mulheres, da América Latina e dos demais países de terceiro mundo, só virá através de um projeto transformador, que garanta ao homem, como agente da sociedade, uma vida digna, numa sociedade fundamentada sobre os pilares da igualdade e da justiça social.

Transformar essa realidade cruel, tirá-la do objeto da denúncia e viabilizar um projeto de transformação social em que os homens possam viver em solidariedade, comunhão e felicidade é uma obrigação de todos: brancos e negros.

Sem isso toda liberdade será falsa, como falso também será nosso futuro. E a noite gelada dos versos de Cruz e Souza continuará encobrindo o céu do futuro da nossa e das futuras gerações.

Sala das Sessões, em 13.05.93.

(a) ALGACI TÚLIO

#### Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 185/93

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica denominada "Cadeia Pública Hildebrando de Souza", a Cadeia Pública de Ponta Grossa, localizada no Núcleo Residencial Santa Maria, no mesmo Município.

Art. 2° - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na



data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.05.93.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARAES

#### JUSTIFICATIVA:

A pretendida denominação vem atender antiga solicitação dos moradores do Núcleo Residencial Santa Maria, que, desolados, vêem seu bairro vinculado, diariamente, à Cadeia Pública, que, por não possuir nome próprio, é conhecida na cidade como "Presídio Santa Maria".

Após encaminhar expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública, demonstrando as inconveniências quanto a inexistência de denominação própria para o referido prédio.

O Sr. Secretário solicitou, então, informações ao Delegado de Polícia do município de Ponta Grossa que, não apenas confirmou a justa reivindicação dos moradores, como sugeriu o nome do Dr. Hildebrando de Souza, que foi delegado chefe da 13ª S.D.P. de Ponta Grossa, como denominação adequada para o próprio da delegacia, tendo em vista seus relevantes serviços prestados ao Estado do Paraná na área de segurança pública.

A seguir, um pequeno histórico da brilhante carreira deste homem que tanto honrou a carreira de delegado, no Paraná.

O Dr. Hildebrando de Souza foi nomeado, em virtude de habilitação em concurso público, para exercer o cargo da classe "H" da carreira de Guarda Civil, do Quadro Geral da Guarda Civil do Paraná, da Chefatura de Polícia, em 29 de outubro de 1956.

Em fevereiro de 1957 prestou curso de Formação de Guarda Civil e foi classificado em 1º lugar, com média 10.

Em novembro do mesmo ano, recebeu voto de louvor da direção da Chefatura de Polícia por ter se desincumbido de maneira satisfatória da missão que lhe foi confiada na organização e programação da comemoração do 46º aniversário da Corporação, onde empreendeu o máximo de seus esforços para o brilhantismo alcançado.

Em julho de 1962 o Exmo. Sr. Governador do Estado, usando de suas atribuições que lhe confere o art. 48, item I, da Constituição Estadual, classificou-o, em caráter provisório, no Cargo de Guarda Civil, Nível 8-B, Referência Base, Pol-502, do Quadro Único de Pessoal, da Guarda Civil, da Secretaria de Segurança Pública.

Em janeiro de 1967, o Secretário de Segurança Pública resolve designá-lo para exercer a função de Secretário da Seção de Serviços Externos, símbolo 6-F.

No mesmo ano foi designado para compor a Comissão que elaborou a proposta orçamentária daquela Corporação para o ano de 1968.

Neste ano recebeu inúmeros elogios dos Chefes da Divisão de Policiamento que com

ele trabalharam, pela dedicação e presteza no cumprimento do dever.

Em junho de 1968 foi novamente indicado para compor Grupos de Trabalhos de Elaboração das respectivas propostas orçamentárias para o exercício de 1968 e das propostas orçamentárias plurianuais de investimentos para os exercícios de 1969, 1970 e 1971.

Conclui o curso de Bacharel em Direito, em janeiro de 1969, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná.

Em setembro de 1969, apresentou certificado de conclusão ao Simpósio sobre Reforma Administrativa e Descentralização Regional, promovido pelo Ministério de Planejamento e Coordenação Geral.

No mesmo mês, apresentou diploma de conclusão do Curso de Criminologia (formação de Delegado de Polícia), expedido pela Escola de Polícia do Paraná.

Neste ano, voltou a receber inúmeros elogios quanto a sua conduta no trabalho, por seus superiores imediatos.

Em setembro de 1970 é nomeado, em virtude de habilitação em concurso público, para exercer o cargo de Delegado Adjunto, nível 25, do Quadro Único de Pessoal, da Secretaria de Segurança Pública, ficando exonerado do cargo de Agente de Segurança.

No dia 21 do mesmo mês, prestou promessa legal e tomou posse do cargo citado.

É designado para a Divisão de Investigações Criminais no mês seguinte ao da posse.

Em novembro é designado para prestar serviços na 2ª Subdivisão Policial de Ponta Grossa, tendo se apresentado no dia 30 do mesmo mês, com o cargo de Delegado Adjunto.

Sem prejuízo de suas funções de Delegado em Ponta Grossa, é designado para prestar serviços na Delegacia de Crime contra a Fazenda Pública, em maio de 1971.

Em setembro do mesmo ano, assume o cargo de Delegado Adjunto da Delegacia de Crimes contra a Fazenda Pública, ficando dispensado da função de Delegado Adjunto em Ponta Grossa.

Em novembro de 1972, assume novamente as funções de Delegado Adjunto da 2ª Subdivisão Policial de Ponta Grossa, prestando serviços como adido da Delegacia de Crimes contra a Fazenda Pública.

É designado para exercer as funções de Delegado Chefe, da 4ª Subdivisão Policial, no município de União da Vitória, em julho de 1973.

Em agosto de 1974 é promovido a exercer a função de Delegado, na Delegacia de Polícia do município de Peabiru, 16ª Subdivisão Policial.

É promovido à função de Delegado Titular, da 18ª Subdivisão Policial, com sede no município de Telêmaco Borba, em feve

reiro de 1975.

No mesmo ano, em junho, assume a Delegacia de Polícia de Rio Negro.

É designado, em outubro de 1976 para prestar serviços na Corregedoria da Polícia Civil.

O Governador do Estado do Paraná, em abril de 1977, concede ao funcionário Hildebrando de Souza, a Medalha de Mérito Policial, medalha de prata pelos seus mais de 20 anos de serviços.

É promovido, por antiguidade, para a 3.<sup>a</sup> Classe da carreira de Delegado de Polícia, em julho de 1977.

Em abril de 1978 é designado para exercer a função de Delegado, na Delegacia de Polícia do 5.<sup>o</sup> Distrito, da Divisão Policial da Capital.

Em outubro do mesmo ano recebe elogios do Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, pelo alto sentimento de dever demonstrado no cumprimento do dever.

Promovido por antiguidade para a 2.<sup>a</sup> Classe da Carreira de Delegado de Polícia em janeiro de 1979.

No mesmo ano, em maio, assume a função de Chefe de Polícia da Delegacia de Falsificações e Defraudações, na Capital.

Ainda em 1979, no dia 08 de novembro é designado para exercer a função de Delegado Chefe da Subdivisão Policial de Ponta Grossa.

No ano de 1982 participa de vários cursos de especialização e atualização em sua área, notadamente na ADESG e na Associação dos Delegados de Polícia de Carreira do Estado do Paraná, entre outros.

É promovido, por merecimento, na carreira de Delegado de Polícia, de 2.<sup>a</sup> para 1.<sup>a</sup> Classe, a partir de 28 de outubro de 1981.

Em 1983 recebe elogios do Delegado Geral do Departamento de Polícia Civil, que, ao deixar o cargo, enaltece o referido delegado pelos bons serviços prestados ao Departamento de Polícia Civil.

No mesmo ano, em abril, recebe Medalha de Mérito Policial, na categoria Ouro, estando o mesmo com 30 anos de serviços prestados à Polícia.

Em maio do mesmo ano é designado para assumir a função de Delegado Chefe da 6.<sup>a</sup> Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu.

É designado para ministrar aulas na Escola de Polícia Civil, na matéria de Processo Sumário, em outubro de 1984, para os escrivães de Polícia.

Ainda em 1984 é designado para exercer as funções de Delegado Chefe da Divisão Policial da Capital.

Também é designado para ministrar aulas de Processo Sumário no Curso de Formação de Delegados de Polícia, Nível Superior.

Após ter ministrado aulas para as fu-

turas autoridades policiais do Mato Grosso do Sul, recebe elogios pelo profundo conhecimento revelado pelo Dr. Hildebrando, especificamente nas disciplinas de Polícia Judiciária, perfilados aos do Censo Ético-Moral e Lhaneza do Trato.

Destaca-se, ainda, "a contribuição do emérito Mestre para elevar mais ainda o conceito da Polícia Civil Paranaense e as sementes de sua erudição aqui lançadas haverão de produzir vigorosos frutos no dia-a-dia dos nossos futuros Delegados de Polícia, pela assimilação da modelar escola policial paranaense por ele ministrada, os alunos da nossa Academia estarão vinculados sentimentalmente, para sempre, às instituições congêneres desse grande Estado Irmão, robustecendo os laços de amizade e cooperação já existentes, em destaque." Palavras proferidas pelo Juiz Aleixo Paraguassu Neto, Secretário de Estado de Segurança Pública do Mato Grosso do Sul, em junho de 1984.

Em março de 1985, o Dr. Hildebrando de Souza pede aposentadoria de suas funções na Secretaria de Segurança Pública, depois de ter dedicado mais de 30 anos de bons serviços ao Estado do Paraná.

Em abril de 1985 é nomeado para exercer o cargo em Comissão de Assessor do Departamento da Polícia Civil. É designado para responder pela chefia da Assessoria Técnica de Legislação do Departamento de Polícia Civil.

O Dr. Hildebrando de Souza vem a falecer em data de 06 de julho de 1986, tendo permanecido junto aos quadros da Polícia Civil do Estado, trabalhando com dedicação e zelo no exercício de suas funções.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - No Pequeno Expediente concedo a palavra do Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - "Rir não parece ao século presente. Que o rir traduza sempre uma alegria. Rir, mas não rir como esta pobre gente que ri sem arte e sem filosofia. Rir, mas com o rir atroz, o rir trememente com que André Gil eternamente ria. Rir, mas com o rir demolidor e quente duma profunda e trágica ironia. Antes, chorar! Mais fácil nos parece, porque o chorar nos ilumina e nos aquece nesta noite gelada de existir."

(Cruz e Souza).

Com esta poesia, Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero na data de hoje, 13 de maio, externar em nome da Bancada do PDT nesta Casa a nossa homenagem aos negros, aos negros brasileiros, a todos aqueles que ajudaram, fizeram o desenvolvimento deste País.

Peço, portanto, emprestadas as palavras de um dos maiores poetas brasileiros,

um negro corajoso e de inteligência e talento raros, Cruz e Souza, para introduzir a homenagem da Bancada do PDT por ocasião da comemoração da escravidão neste 13 de maio.

Socorro-me de Cruz e Souza para justificar o Requerimento de transcrição nos Anais do Artigo do negro, jornalista, Narciso Assumpção, paranaense, por ocasião desta data.

E o que une a poesia de Cruz e Souza ao pensamento de Narciso, publicado no Jornal do Estado?

A vontade de chorar que ilumina e aquece, na noite gelada de existir.

É gelada a noite dos negros do Brasil. Nosso Estado Democrático de Direito, que estabelece igualdade de oportunidades e de tratamento pela lei para todos os homens, esqueceu-se de que preconceito não se acaba por decreto.

Não existem mais as amarras, as correntes e os castigos sangrentos. Num treze de maio todos foram abolidos. Para os ufanistas, por benevolência de Izabel, a mulher do Conde; para os históricos-críticos, por pressões insuportáveis da Inglaterra, berço da Revolução Industrial, ávida por mercados consumidores. Negro escravo não consome. Negro livre também não.

Eganaram-se os ingleses.

Do dia para a noite não saíam os escravos da senzala para a casa grande, por uma ordem da Princesa.

Como diz Narciso Assumpção, em seu artigo: "A abolição de 13 de maio de 1888, a Lei Áurea, deu a liberdade aos escravos, mas a liberdade de ser empregados e marginais, por que muitos negros saíram das fazendas sem dinheiro nenhum e nenhuma lei se ocupou de favorecer a entrada deles nos novos trabalhos".

O negro ficou então, no mesmo lugar. Escravo agora da miséria paga pelo senhor e das volumosas dívidas que contraía, com o próprio senhor, para sobrevivência sua e da família.

Essa escravidão, econômica, nenhuma princesa veio abolir. Não são abolidas, também, por decreto, relações sociais injustas e desiguais.

"O 13 de maio só traz ao negro a recordação viva de que nada mudou para os descendentes de africanos e que, mesmo a autofagia surrealista que campeia no Brasil, com uma boca maquiada, devorando a si mesma, e a cabeça, como máquina assassina, banquetando-se com os membros de uma raça, que ainda teima em se aninhar em guetos, e quilombos, esperam que o contra-racismo se agigante, como um demônio enlouquecido da ausência da História, da subtração da substância, do delírio do vazio e a discriminação não viva tanto, enquanto dure", invoca Narciso.

E aí, sim, d'outro lado levantar-se-á enlouquecido o simbolista Cruz e Souza, rindo escandalosamente, cheio de alegria, de arte e filosofia.

Cessa a noite gelada de existir.

Tantos séculos de escravidão, tanta vida trocada por dinheiro, uma África dizimada pelo colonialismo, negros brasileiros mortos, brancos brasileiros mortos, uma caneta dourada oficializa a tal liberdade. Mais de um século depois, é fácil encontrar o preconceito, a discriminação hipócrita, velada, num pedido de emprego, num concurso público, dentro de um ônibus, numa operação policial para detenção de suspeitos.

De quem se suspeita primeiro, Senhores Deputados? Do branco, de camisa de seda, pregador de pérola e gravata Hermès?

"O racismo no Brasil é útil na visão de assimilação. É útil porque, como um filtro deixa subir na sociedade só os que aceitam a maneira de pensar dos de cima. Por isso, para subir, o negro tem que vender a alma, se possível branca, e tornar-se branco, pensar como quem manda e agradecer sempre a ele a possibilidade de ser menos pobre.

Dessa maneira, por culpa do racismo, o negro tem, além da pobreza, outra barreira que lhe impede melhorar as suas condições de vida. E continua, depois de tantos anos, a formar um grupo social, às vezes uma massa, que só serve aos interesses de quem já possui muito", avalia Narciso, lúcido e incisivo, o tratamento ao negro na sociedade capitalista.

Nos Estados Unidos policiais são julgados por tratamento desumano a negros, não sem antes, o paraíso democrático da América assistir a noites de revolta social pela iminência da injustiça.

Na África do Sul a minoria manipula, prende, sufoca, mostrando o que assimilou completamente as lições das metrópoles europeias.

No Brasil a discriminação reforça os traços de modelo perverso e ainda marcanamente colonial e empurra os negros para a legião dos desempregados, dos marginalizados.

Não há quilombos para refúgio. A miséria está por toda parte e, como disse Brecht, "os dominadores se estabeleceram por mil anos".

Que neste e em todos os 13 de maio brasileiros tenhamos viva - e cada vez mais viva - a idéia de que a única e verdadeira liberdade, para negros e brancos, homens e mulheres, da América Latina e dos demais países de terceiro mundo, só virá através de um projeto transformador, que garanta ao homem, como agente da sociedade, uma vida digna, numa sociedade fundamentada sobre os pilares da igualdade e da

justiça social.

Transformar essa realidade cruel, tirá-la do objeto da denúncia e viabilizar um projeto de transformação social em que os homens possam viver em solidariedade, comunhão e felicidade é uma obrigação de todos: brancos e negros.

Por isso, Senhores Deputados e Senhor Presidente, sem isso toda a liberdade será falsa, como falso também será o seu futuro. E a noite gelada, dos versos de Cruz e Souza continuará encobrindo o céu do futuro da nossa e das futuras gerações.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Vossa Excelência poderá usar o Horário de Liderança do PT.

O SR. ALGACI TÚLIO - Eu completo, Senhor Presidente. Era esta a homenagem do PDT e, tenho certeza, do Plenário desta Assembléia, nesta data de 13 de maio. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Concedemos a palavra, no Grande Expediente, ao ilustre Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente e Senhores Deputados, é lamentável que tenhamos que nos utilizar desta tribuna, mas acreditamos até ser um dever partidário, para esclarecer e comprovar, em cima do pronunciamento feito pelo Exmo. Senhor Deputado Bona Turra, em seu pronunciamento do dia 6 de abril de 1993.

Nobre Deputado, com certeza as acusações que V. Exa. fez à Administração Pública de Curitiba, à ex-Administração Jaime Lerner, à questão das festividades dos 300 anos de Curitiba, fez com que, naquela oportunidade, nós refletíssemos bastante a respeito das acusações feitas. E, preocupados com o que aqui fora denunciado por V. Exa., procuramos também, de uma forma bastante concreta, saber a verdade dos fatos. Porque acho que desta forma, estaremos dando conhecimento ao povo do Paraná da realidade como as coisas aqui aconteceram.

Naquela oportunidade, V. Exa. acusava o BAMEPUS de ter firmado contrato com a Agência Nascha, de Assunción, com o objetivo de viabilizar recursos para uso da campanha do Prefeito Rafael Greca.

Nas pesquisas por onde passamos, e por isso quero deixar V. Exa. e este Plenário bastante à vontade, para nos questionar e até deixar aberto para sermos, de fato, questionado da forma pela qual acharem melhor, a respeito destas questões e das respostas que vamos trazer às acusações, para que os dados possam ser ouvidos e as coisas sejam colocadas a limpo.

Na pesquisa que procuramos fazer, nós

Curitiba, quinta, em 13.05.93

podemos observar que a acusação feita quanto a este item, ela era apenas uma acusação e até prova documental, é uma acusação vazia. Sem provas, chegando às raias do absurdo, quando no pronunciamento de Vossa Excelência, Deputado Bona Turra, as provas que são falsas nas suas acusações, e julga-se no direito de preservar a fonte que lhe deu tal informação. Aachamos justo que se preserve a fonte. E até plausível. Mas, ao não apresentar provas, esqueceu-se Vossa Excelência de que a prova é ônus de quem acusa. E a acusação perde consistência quando apresentada sem provas. Se tivesse coragem e tivesse provas, com certeza teria a resposta do PDT e do Prefeito de Curitiba, Rafael Greca.

Naquela mesma oportunidade, Vossa Excelência fez acusação e disse que quanto às queixas e denúncias no TRE e Delegacia de Crimes contra a Administração Pública, Receita Federal e Estadual, Polícia Federal, tudo não passou de mera encenação teatral. Por que digo isso? Porque aqui se configurou apenas mentiras, visto que quando afirmou que naquela data, na data anterior que seria o dia 05 de abril, havia ingressado nesses órgãos já citados com as denúncias, denúncias essas, que nunca existiram, pois até o dia 03/05/93, nada constou de denúncias registradas do Deputado Bona Turra contra o Prefeito Rafael Greca, como provam certidões negativas daqueles órgãos citados.

Nós procuramos nessa oportunidade o Tribunal Regional Eleitoral e através de certidão datada de 05/05/93, assinada por seu Diretor Geral Ivan Gradowski, nada constava com referência a abertura de inquérito formulado por Vossa Excelência, o que caracterizou de fato mera encenação.

Da mesma forma, referente ao Departamento de Polícia Federal, procuramos e obtivemos certidão daquele órgão, onde também até a data de 04 do mês corrente não havia qualquer representação de Vossa Excelência contra quem quer que seja, muito menos contra a administração, a ex e a atual administração de Curitiba. Da mesma forma, o Departamento da Receita Federal, pelos documentos assinados pelo Delegado da Receita Federal, dizendo que até a data de 03 de maio último, nada havia de ingresso em relação a qualquer denúncia de crime ou ato que aqui foi confirmado de que havia sido feito em relação aos absurdos da administração do Prefeito Rafael Greca.

Da mesma forma, estivemos na divisão de Polícia Especializada e obtivemos resposta de nenhum procedimento em relação ao que aqui fora afirmado. E aqui estão os documentos comprobatórios para que aqui nesta Casa se registre a verdade dos fatos.

Quanto ao Decreto nº 328 do Prefeito Rafael Greca, ao contrário do que se afirma, o Decreto justamente surgiu para se evitar que o trabalhador fosse explorado por grupos inescrupulosos que, às vésperas dos reajustes das passagens dos ônibus urbanos de Curitiba, enchessem os seus cofres, pegassem o reajuste e repassassem isto ao trabalhador. Eu creio que esta não deve ser a postura de quem se diz defensor da classe trabalhadora, porque obviamente ela contraria o discurso, não combina com a prática.

Quanto às denúncias generalizadas do Transporte Coletivo de Curitiba segue a regra do pronunciamento de Vossa Excelência, sem provas, só palavras e frases de efeito. Confirmamos os últimos reajustes das passagens intermunicipais, usadas também pelo trabalhador, assim como os da Região Metropolitana que hoje chega a dezotoito mil cruzeiros. Quanto à denúncia do show de Carreras e demais eventos festivos das comemorações dos "300 anos" foram patrocinados por empresas privadas e, no caso do show do tenor Carreras o patrocínio foi do BAMERINDUS e da Cervejaria Brahma como prova a informação oficial da Assessoria Legislativa da Prefeitura de Curitiba, em anexo, e vamos apresentar também nessa oportunidade.

E queremos, com a verdade dos fatos, mostrar que de fato é dever do legislador acompanhar as administrações, apesar de que a competência da Câmara Municipal de Curitiba, fazer o acompanhamento e, portanto, obviamente, se aqui fôssemos nos prender às administrações municipais do PMDB, com certeza, problemas absurdos teríamos como registrar e não é o caso nem a nossa função como Deputados estaduais, que temos por obrigação fiscalizar e legislar pelo Estado do Paraná.

A denúncia feita contra a questão, da tribuna desta Casa, sobre a GW Comunicação Ltda., fomos também informados através de documento comprobatório daquela entidade e assinado em 26 de abril de 1993, que diz e se encontra em nossas mãos para a prova dos fatos:

(Lê):

Curitiba, 26 de abril de 1993.  
Excelentíssimo Senhor Paulo Maia  
DD. Deputado Estadual  
Assembléia Legislativa

Com referência ao confuso pronunciamento feito no último dia 06, da tribuna desta Assembléia, pelo Deputado Luiz Henrique Bona Turra, esclarecemos que ele, por ignorância ou má fé, faltou com a verdade em todas as referências feitas à GW Comunicação Ltda..

Por ser a GW Comunicação Ltda. uma empresa idônea, e em respeito e consideração aos demais Deputados desta Casa, queremos

através de Vossa Excelência, prestar os seguintes esclarecimentos:

1. O Senhor Bona Turra errou ao dizer que a GW Comunicação Ltda. é uma agência de publicidade. Embora habilitada legalmente, a GW é uma produtora de vídeos. Ela não atua e nunca atuou como agência.

2. O Senhor Bona Turra faltou com a verdade ao afirmar que a GW tem o publicitário Emanuel Públio Dias como um dos seus sócios. Desde a sua fundação, a GW tem como sócios os jornalistas Luiz Gonzalez, Woile Guimarães e Francisco Wianey Pinheiro. O publicitário Emanuel Públio Dias, citado pelo desinformado Deputado, não é e nunca foi sócio da GW Comunicação Ltda.

3. O Deputado mentiu ao afirmar que a Prefeitura formalizou com a GW um contrato sem prévia licitação, no valor de 500 mil dólares. Não existe tal contrato de serviços, entre a GW e a Prefeitura do Município de Curitiba. Se vier a existir, obedecerá às normas legais em vigor.

4. O Parlamentar mostrou-se ainda mais desinformado e mal intencionado ao relacionar esse fantasioso e inexistente contrato com a vinda do tenor José Carreras a Curitiba. O Brasil inteiro sabe que tal evento foi uma realização da empresa Dell'arte, do Rio de Janeiro, à qual, realmente, a GW prestou serviços.

5. Como produtora de vídeos e empresa comercial que é, a GW presta serviços a toda e qualquer agência de publicidade do Paraná, do Brasil e até do exterior, inclusive às agências licitadas legalmente pela Prefeitura do Município de Curitiba.

6. A GW Curitiba é uma empresa transparente e tem como Diretor o jornalista paranaense Wilson Serra, com 18 anos de serviços prestados na área de Comunicação (jornais e televisão) em Londrina e Curitiba. Ele está - como sempre esteve - à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Esperamos que essas informações sejam úteis para o esclarecimento dos Deputados desta Casa. Julgamos que, assim esclarecidos, possam, a bem da verdade, impedir que políticos inescrupulosos tentem enlamear pessoas e empresas que estão contribuindo, com o seu trabalho, para o crescimento e desenvolvimento de Curitiba e do Estado do Paraná.

Atingindo injustamente pessoas e empresas, temos certeza de que, infelizmente, tais críticas atingirão principalmente o Legislativo paranaense, num momento em que Parlamentares sérios tentam fazer da Assembléia, em todo o Brasil, uma tribuna honrada e confiável.

Atenciosamente,  
(a) WOILE GUIMARAES  
GW Comunicação Ltda.

Mais adiante, naquela oportunidade, quanto ao show de Carreras e demais eventos festivos das comemorações dos 300 anos de Curitiba, foram patrocinados por empresas privadas e no caso do show de Carreras já havíamos falado anteriormente.

O Prefeito Rafael Greca jamais destinou recursos da Prefeitura a festejos, tal qual se propagou de modo falso.

Quanto à responsabilidade social, o Prefeito Rafael Greca priorizou construção de obras sociais nos bairros periféricos, atendendo assim a população que mais precisa da ação administrativa e de justiça social, conforme relação de obras que nós temos aqui num grande enunciado, das grandes realizações e, que estarão todos esses documentos à disposição de Suas Excelências Senhores Deputados, principalmente o Deputado Bona Turra, que deve protestá-la e mostrar, se não é verdade, que nos demonstre da forma como aqui estamos demonstrando, de forma concreta, a verdade dos fatos, não se atendo apenas à denúncias falsas e teatrais nesta Casa.

Diz nas comemorações do tricentenário de Curitiba o Prefeito Rafael Greca de fato executa um "rush" de inaugurações e obras de alta relevância social, localizadas nos bairros de Curitiba, sendo que 90% dessa renda está dirigida à população que mais necessita de apoio do Prefeito, ou seja, dos moradores dos bairros da capital.

Dentre as obras de cunho social destacam-se: 08 Projetos Piá, nos bairros Vila Oficinas, Pilarzinho, Vila Trindade, Jardim Aliança, Vila Abranches, Conjunto Prata, Conjunto Caiçara, Vila Alto Barigüi, com as datas, inclusive, para que se provejam as realizações e se confirmem as verdade dos fatos.

Construiu também o Armazém da Família na Vila Nossa Senhora da Luz, 585 unidades habitacionais no bairro Santa Helena, Diadema, Flor do Campo, Diadema A e B, Tramontina; 02 postos 24 horas na Fazendinha e Campo Comprido; 04 postos de saúde Dom Bosco, Bairro Alto, Uberaba de Cima e Boqueirão; 03 creches no Tarumã, São José e Vila Gália; uma ponte e um portal de segurança sobre o Rio Formosa; Centro de Formação Profissional Gralha Azul, com dia de inauguração a ser designado; 6 km de asfalto entre Boqueirão e Uberaba, na Avenida dos Trabalhadores; Projeto troca de lixo por caderno; Projeto Mega Tudo; mil empregos da Cidade Industrial; central de internação fornece número de vagas nos hospitais aos postos de saúde da Prefeitura de Curitiba; Programa Vale-Vida, será dada toda assistência e acompanhamento às crianças nascidas neste ano durante os primeiros 5 anos de vida; desapropriação de áreas para ampliação do Hospital das

Clínicas.

Assim, desmistificam-se as críticas daqueles que insistem, equivocadamente, na afirmação falsa de que os festejos dos 300 anos priorizam eventos exclusivamente festivos. E quanto a estes eventos festivos a Prefeitura esclarece que são patrocinados, todos eles, por entidades particulares, sem custos aos cofres de Curitiba.

E se essa informação que estamos apresentando não condiz com a verdade queremos ser contestados, de forma concreta, através de documento oficial, contraditando o que nós aqui estamos apresentando, hoje. Para se comprovar a questão da denúncia quanto a contratação e o pagamento, está aqui, também para provar, o recibo do Sindicato dos Músicos profissionais do Estado do Paraná, que têm direito a uma porcentagem sobre a apresentação e contratação de shows semelhantes.

Mais adiante diz: "da mesma forma", queremos até registrar, nesta oportunidade, o registro das realizações até a presente data da administração de Curitiba, queremos mais uma vez frisar que quando da mesma forma se apresentarem, como já o fizemos em diferentes vezes, gestos que o Governo do Paraná faça em prol do nosso Estado, nós ocuparemos esta Tribuna também para que se destaque o que de bom se tenha feito ou se pretende fazer, pelo Estado do Paraná.

Quanto as questões de ordem legal, posso citar ao Deputado Bona Turra, e creio que não há necessidade de fazê-lo, pois advogado é, que acusar sem provas, o Código Penal é bastante claro e transparente quanto a esta realidade no seu artigo 138, e não sou eu que vou dar aula ao advogado, nesta Casa.

Quanto à propaganda, falta de licitação em concorrência pública, da contratação de publicidade, como aqui foi denunciado por Vossa Excelência, também não procede a acusação, já que o edital nº 01/93 da Secretaria de Comunicação Social, é prova, incontestável de concorrência feita, inclusive com carta ao SINAP, Sindicato das Agências de Propaganda, elogiando a administração do Prefeito Rafael Greca, pela lisura no trato desta questão.

Em verdade não ocorre o mesmo com o Governo Roberto Requião, pois é conhecido de público que a Secretaria de Comunicação do Estado não fez licitação em 91 e 92 e gastou mais de 17,7 milhões de dólares, além de não cumprir o que estabelece o artigo 27 da Constituição Estadual. Por isso nós consideramos uma vergonha, um absurdo uma afirmativa desta forma e está aqui, pois também deixaremos anexado ao nosso pronunciamento, nesta Casa, o edital de concorrência pública denunciado e também o documento do SINAP dando a conhecer a ver-



dade dos fatos, através de documentos comprobatórios.

E aqui nesta Casa, lamentavelmente, quando se pediu a informação, quando se pretendia a criação de uma CPI séria para falar a verdade ou desmentir se verdade não fosse aquilo que estava publicado na Folha de São Paulo, ontem quando o Deputado Mário Bezerra entrava com o pedido de CPI, o que foi que se notou nesta Casa? Nada mais nada menos do que Comissões "Laranjas", para disfarçar, para mascarar, para encobrir a verdade que denunciava a Folha de São Paulo, quanto a falta de concorrência do Estado a respeito das propagandas do Governo que estimavam em mais de dezessete milhões de dólares.

Mais adiante, e estas questões eu creio até que não haveria necessidade de estarmos aqui dizendo a respeito, porque o Vereador Josias Lacur, que não pertence ao nosso Partido, que não pertence ao PDT, havia também questionado na Câmara Municipal de Curitiba os gastos do Prefeito de Curitiba em relação às denúncias, e a primeira e segunda das suas perguntas diz: "É verdade que a contratação do tenor espanhol José Carreras custará trezentos mil dólares? A Prefeitura Municipal de Curitiba sabe que a Lei n° 3.857 de 60 determina o pagamento de 10% do contrato celebrado com músicos estrangeiros à Ordem dos Músicos do Brasil e Sindicato local? E a resposta também da Prefeitura, sem o medo da verdade, foi passado ao conhecimento daquele Vereador e que vai ficar também registrado nesta Casa, dizendo: "Em resposta ao solicitado informamos quanto ao item um a contratação do tenor José Carreras foi feita pelo patrocinador Bamerindus através da Adelart Promoções Artísticas Sociedade Civil LTDA, sendo que desconhecemos o valor da contratação". A Prefeitura de Curitiba conhece a Lei 3857/60, quando aqui já apresentamos também à Casa cópia do recibo do Sindicato dos Músicos profissionais do Estado do Paraná, comprovando o que aqui estamos afirmando. E também temos aqui para confirmar o que estamos dizendo a guia de recolhimento à Ordem dos Músicos do Brasil, Conselho Regional do Estado do Paraná, a guia de recolhimento das contribuições devidas ao show de José Carreras.

Quanto aos valores envolvidos na campanha eleitoral do Prefeito Rafael Greca, trata-se de outra falsa acusação, posto que o Partido de Vossa Excelência, Deputado Bona Turra, o PMDB, fez parte do Comitê Interpartidário das contas dos Partidos que se envolveram na campanha; e as contas do PDT de Curitiba tiveram a chancela e a aprovação do representante do PMDB de Curitiba sem maiores contestações. De resto, cabe a Vossa Excelência obviamente explicar diversas pendências judiciais do seu

Líder, do Governador do Paraná, tais como aqui já afirmamos, a denúncia da corrupção na Folha de São Paulo do dia 30/04/93, sobre gastos sem licitação em propaganda no valor de 17,7 milhões de dólares.

A denúncia aceita no Judiciário em ação popular do tesoureiro da 1.<sup>a</sup> zonal do PDT de Curitiba, Pedro Fagundes, onde foi provado que o Governador não respeita o artigo número 37 da Constituição Federal e 27 da Constituição Estadual. O estelionato político, o famoso caso do processo Ferreirinha correndo no TRE de Curitiba. Por isso, Vossa Excelência está seguindo obviamente a sua postura política e também do seu Líder, que é o Governador Roberto Requião, dentro daquele estilo padrão de denúncias vazias, inconsistentes, sem provas, só para efeito de repercussão na mídia e na opinião pública, achando que esta atitude agressiva vai conquistar votos na urna. E nós temos certeza que não é isso que hoje pede o eleitor paranaense e o eleitor brasileiro.

Quando se montou vídeos, às custas de quem não sabemos, para mostrar os esgotos a céu aberto e as famílias desabrigadas de Curitiba, esqueceram-se os contra-Curitiba de dizer que esta Capital foi administrada em duas gestões pelo PMDB de Maurício e Requião. E não conseguiram vender para o mundo a Capital de ação, exemplo de administração por este que desperta inveja de fato, que é o ex-Prefeito Jaime Lerner.

Amanhã tentarão atingir as administrações que também não tiveram ajuda do Governo do Estado, de Londrina com Belinati, de Guarapuava com De Carli e a participação até às vésperas das eleições do nosso combativo companheiro que sempre se mostrou defensor de Guarapuava, nosso companheiro Cezar Silvestri.

O mundo chama o Jaime para demonstrar e falar da sua competência em administrar. E aqui no Paraná alguns poucos, invejosos e incompetentes, tentam destruí-lo sem sucesso. É desta esquerda burra e incompetente, que só sabe atirar pedras, que sempre teve receio.

Participei obviamente de movimentos onde tivemos este tipo de atiradores e aqui tem que se registrar o que tem feito.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Pela Ordem.

Gostaríamos de ceder o tempo do Bloco Independente ao Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Agradeço a Vossa Excelência. Temos que registrar neste momento a forma concreta e positiva com que tem demonstrado aqui desta tribuna e foi impedido, apesar de estar com documentos na mão, o companheiro de Oposição Florisvaldo Fier, fez e faz, e tem feito de fato, uma Oposição inteligente, tem sido uma



Esquerda atuante porque não fica atrás do muro dizendo que no momento oportuno as provas virão.

Creio que o povo está se cansando desta política de acusações infundadas, sem comprovação da verdade. E quero deixar bastante claro a esta Casa, a Vossa Excelência e ao povo do Paraná, o PDT do Paraná estará sempre aberto à quaisquer críticas. O PDT do Paraná estará sempre aberto a acolhê-las, a procurar suas origens e trazer aos foros competentes as respostas com competência e com comprovação, e não apenas a coisa vazia e sem seriedade.

Apesar de que o que aqui estamos citando não é competência desta Casa, é competência da Câmara de Vereadores de Curitiba, mas já que a Assembléia tem se voltado, através de alguns, para tentar desestabilizar ou desmoralizar o que foi a administração Jaime Lerner e o que está sendo a administração Rafael Greca, com certeza motivos de inveja, porque tem sido a demonstração da competência na administração da coisa pública, com certeza o PDT estará aqui para dar as respostas às dúvidas a respeito da atuação destes que estiveram e estão à frente dos Executivos nos municípios do Paraná. Inclusive a Câmara de Vereadores não é composta apenas por Vereadores do PDT, é composta por Vereadores de diferentes agremiações políticas do Estado. Por isto, queríamos nesta oportunidade para que aqueles que porventura e queremos inclusive deixar a Taquigrafia à disposição para ceder cópias dos documentos que hoje estamos apresentando nesta Casa, para que de fato se mostre e se demonstre que não é pelo discurso, mas é pela divulgação dos órgãos acusados e envolvidos que queremos provar a verdade dos fatos e que assim também faz àqueles que têm sido acusados, os executivos acusados, como é o caso da CPI que ontem aqui foi frustrada porque ela ia trabalhar em cima da verdade, em cima de uma acusação concreta levantada pela Folha de São Paulo.

Concedo aparte ao nobre Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Algaci Túlio - Deputado Paulo Maia

queria cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento, este é o pronunciamento da verdade, da verdade verdadeira porque está a ele anexado documentos que comprovam tudo aquilo que se fez na gestão que eu tive a honra e o orgulho de participar como parceiro do melhor Prefeito do Brasil e de um dos melhores Prefeitos do mundo, o Prefeito Jaime Lerner.

Até cego enxerga as obras da cidade, agora, pior cego é aquele que não quer enxergar, e parece que é isto que ocorre com o Deputado Bona Turra e com alguns

elementos ligados com o Governador Roberto Requião que não querem admitir a transformação da Cidade de Curitiba, uma cidade num País de terceiro mundo, mas uma cidade que caminha para o primeiro mundo com as obras fantásticas, extraordinárias em todos os cantos de Curitiba, eu sou testemunha maior desses fatos.

Apenas para complementar ainda alguns dados colocados por V. Exa., lembro de que na gestão, já, do Prefeito Rafael Greca de Macedo, tivemos mais de quarenta quilômetros de anti-pó colocados nas ruas da cidade, na periferia da Cidade de Curitiba. Tivemos a construção e a inauguração do Centro de Formação Gralha Azul no Bairro do Novo Mundo, tivemos a entrega, há vinte dias atrás, de mais de mil lotes, na maior reforma agrária dentro da Cidade de Curitiba, quando nós, eu e o Prefeito Jaime Lerner desapropriamos uma área de mais de quatro milhões de metros quadrados para a implantação de um bairro novo na Cidade de Curitiba lá na famosa 147 que há muito tempo deixou de ser o reduto do PMDB.

Além disso um novo trecho da Avenida dos Bairros com oito quilômetros de extensão, asfalto, canalização, sinalização e iluminação, mais de cento e vinte apartamentos entregues pela COHAB e pelo Prefeito Rafael Greca no Conjunto Caiuá, uma nova cidade que nasce aqui ao lado do Contorno Sul. Mais uma linha de ligeirinhos estendendo até o Conjunto Caiuá inaugurada com a minha presença na última segunda-feira; repasses de verbas a entidades assistenciais; criação do Bairro do Mercosul na Cidade Industrial de Curitiba. Sem contar aqui outras obras de menor porte que são feitas diariamente na Cidade de Curitiba.

Então, Deputado Paulo Maia, estamos aí dando resposta a um pronunciamento mentiroso, a um pronunciamento jogado, como se rasga um travesseiro e as penas se espalham depois para juntar. Cabe agora, ao Deputado Bona Turra que junte essas penas e prove o contrário do que V. Exa. está colocando hoje na tribuna e aquilo que já colocamos por diversas ocasiões.

Obrigado!

O SR. PAULO MAIA - Agradeço a participação de V. Exa. Para finalizar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, acreditamos que agindo desta forma estaremos fazendo uma política séria no nosso Paraná, e estamos ainda vendo, e creio que todos os Parlamentares desta Casa receberam cópia, primeiramente recebemos uma versão em fita gravada de cinco minutos e ontem o Deputado Ovídio dizia de uma outra fita de 15 minutos mostrando a verdade sobre o caso Teixeira, que merece melhores esclarecimentos e merece, de fato, se esse documento da PT

e da CUT do Paraná estiver fora da verdade, merece ser contestado, merece ser respondido, merece ser colocado a público algo que ainda está obscuro em todo esse caso de matança, e isso é lamentável.

O SR. MÁRIO BEZERRA - V. Exa. tem o Horário do PTB.

O SR. PAULO MAIA - Agradeço ao PTB pela cessão do seu direito.

O SR. Mário Bezerra - V. Exa. me permite um aparte?

(Assentimento).

Deputado Paulo Maia quero cumprimentá-lo pelo discurso e dizer-lhe que o Governo do Paraná chegou a uma altura tal de descrédito perante a opinião pública de que não tem argumentos defensáveis. A maior prova é a apelação que o Governo do Paraná tem feito, quando tenta atingir pessoas e instituições gratuitamente.

Dentro desta Assembléia o procurador do Governo, todo mundo sabe quem é, ou o seu representante preposto têm utilizado de argumentos agressivos e inconsistentes para atingir no mesmo nível que o Governador tem atingido as instituições e as pessoas.

Não vi nenhuma vez, nem a liderança do Governo nesta Assembléia, ou nenhum outro Deputado que faz parte da Bancada do Governo, defender com consistência e com verdade aquilo que a oposição tem levantado aqui nesta Casa.

A prova é de que o Governo pratica tantos erros, não tem argumentos convincentes e tenta tapar a boca da oposição, de Deputados que levantam questões sérias aqui através da desaprovação de CPI's, como foi o caso de ontem.

Eu desafio o Governo do Estado do Paraná a demonstrar a verdade sobre as acusações que levantamos nesta Casa. Eles não têm nenhum argumento convincente para se defenderem das acusações. Desafio o Deputado Bona Turra, que tem lançado sobre minha pessoa acusações de fato que não merecem credibilidade, para que ele traga a defesa do Governo Roberto Requião de tudo aquilo que ele é acusado nesta Assembléia.

Que ele me traga a defesa daquilo que nós acusamos ontem com referência a falta de licitações para as despesas com a propaganda pela Secretaria de Comunicação Social e outras tantas que ele terá que provar nesta Casa.

Então, Deputado Paulo Maia, endossando as suas palavras, eu digo e repito, de que o Governo não tem defesa para as acusações. E dentro em breve o Brasil inteiro estará vendo o desmascaramento deste Governo falso e que foi eleito através de uma fraude eleitoral.

Muito obrigado.

O SR. PAULO MAIA - Agradeço a contribuição de V. Exa. e para encerrar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu tenho que registrar mais um fato que eu creio que é lamentável para o Estado do Paraná.

Aquilo que aqui ontem dessa tribuna dizia S. Exa. o nobre Deputado Colombino Grassano, parece que não estamos vivendo de fato um período democrático, mas sim o período da recessão que nenhum brasileiro tem saudades, quando o Governo classifica prefeitos em nível 1,2 e 3, isto a nosso ver é uma prática da força, é uma prática da tentativa de fazer com que aqueles que não lêem na cartilha do Governo do Estado, têm que se ajoelhar para pedir as coisas para o seu município e para os seus municípios.

Tudo isso é lamentável, mas acima de tudo isso, queremos estar aqui, a nossa Bancada estará aqui, sempre à disposição e jamais fará a oposição burra de ir contra, por ser contra o Governo do Estado.

Já aprovamos aqui por diversas vezes, matérias de interesse do povo do Paraná e estaremos fazendo toda vez que formos convocados para isso, porque tenho certeza que acima das picuinhas está o interesse do povo do Paraná e o chamaremos a esses interesses e com certeza queremos estar em outras oportunidades para defender grandes realizações do Governo do Estado que atenda a população do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ H. B. TURRA (Pela Ordem) - Como não me foi concedido, embora me tenha sido prometido aparte ao pronunciamento do Deputado Paulo Maia, farei uso do Horário da Liderança do PMDB para os esclarecidos das questões citadas em pronunciamento do Deputado Paulo Maia.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Na Liderança do PL, Deputado Algaci Túlio, já inscrito.

O SR. ALGACI TÚLIO - Inicialmente os agradecimentos à Liderança do PL, em nome do Deputado Colombino Grassano que nos cede o seu horário.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Nas últimas eleições municipais de Curitiba, quem não se lembra do Governador Requião, brandindo denúncias de corrupção eleitoral, contra o então Prefeito Jaime Lerner, porque um administrador regional, teria autorizado por FAX da municipalidade, a confecção de placas de propaganda a candidatos a vereadores.

Naquela ocasião, nos últimos dias de setembro de 1992, o Senhor Requião, enga-

jado com sua família e governo, na eleição de seu candidato Maurício Fruet, era o próprio Catão, de dedo em riste, censurando e cobrando do candidato Rafael Greca, que não usasse a máquina da Prefeitura para ganhar as eleições.

Este discurso moralista do Requião até que impressiona as pessoas desinformadas, as quais, infelizmente passam a acreditar que tudo o que o moralista, o honesto Requião diz, seria verdade, porque num golpe de marketing, a propaganda oficial do Governo do Estado, apropriou-se indebitamente, da palavra verdade, ao criar o slogan: "PARANÁ, AQUI A VERDADE GOVERNA".

Conforme ficará claro e este será o compromisso da oposição nesta Casa, demonstraremos, que realmente trata-se de apropriação de Requião, utilizar a palavra verdade, para marcar seu Governo, assim, como foi no estelionato eleitoral que ganhou as eleições, em 85 e mais recentemente nas eleições para o Governo do Estado, utilizando-se do famigerado Ferreirinha.

Hoje, Senhor Presidente, Senhores Deputados, quando completa-se mais de 100 dias do Governo do Prefeito Rafael Greca, que por sinal entregou a população ainda na semana passada, mil lotes urbanizados, 8 Km de asfalto da Avenida dos Bairros e inúmeras obras que demonstram a continuidade administrativa da gestão de Lerner - razão porque ganhou as eleições já no primeiro turno, hoje, portanto, já serenados os ânimos da campanha eleitoral, venho a tribuna para fazer uma denúncia grave, aliás a primeira de uma série que procura demonstrar, sem paixão, sem radicalismo, qual é a VERDADEIRA - "verdade" QUE GOVERNA O PARANÁ".

Trago pois, caros colegas, para que a população do Paraná tenha conhecimento, como age a farsa do Governador do Paraná, os seguintes documentos: estão aqui todos eles:

1) Um telex de nº ATCC 1449/92, passado no dia 23.09.92, do Dep. Caíto Quintana - Chefe da Casa Civil de Requião, ao Senhor Heron Arzua - Secretário de Estado da Fazenda do Paraná, nos seguintes termos:

\*DE ORDEM SR. GOVERNADOR SOLICITAMOS MOBILIZAR MAIS AMPLA PARTICIPAÇÃO PARA CARREATA DE SÁBADO, 26 DE SETEMBRO, MAIORES DETALHES SERÃO FORNECIDOS PELOS ORGANIZADORES\*

Atenciosamente

Dep. Caíto Quintana

Chefe da Casa Civil

Para não dizer que não é verdade isto aqui estão os documentos. Este é o fax do Sr. Caíto Quintana.

Trago também, Senhor Presidente, as instruções da concentração e o roteiro da CARREATA do Candidato do Governador, documento este assinado pelo Senhor Maurício

Requião um dos irmãos do Governador.

2) Exibo a seguir, o FAC-SÍMILE nº 2098 expedido pela Diretoria Geral da Secretaria da Fazenda, no dia 24.09.02, que prova ter aquela Secretaria de Governo acatado a ORDEM DO GOVERNADOR, e determinado as suas vinculadas a seguinte mensagem:

\*DE ORDEM DO SR. GOVERNADOR, SOLICITO MOBILIZAR MAIS AMPLA PARTICIPAÇÃO PARA A CARREATA DE SÁBADO, DIA 26 DE SETEMBRO, CONFORME ROTEIRO ANEXO, DEVERÁ SER INFORMADO, VIA FAX (222-3505) ATÉ AS 11:00 HORAS DO DIA 25.09, A RELAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS, VEÍCULOS E RESPECTIVAS PLACAS. ENCAMBEÇO DIVULGAR TAMBÉM NO ÂMBITO DA 1ª DRR.\*

Ainda mais na frente, Senhores Deputados, um fato que comprova mais ainda o uso da máquina do governo que é um pedido de informações que este parlamentar fez ao Detran com relação a placa de veículos que foram utilizados na carreata do Senhor Maurício Fruet, candidato a prefeito, pelo Governador Roberto Requião de Mello e Silva. E veio a resposta do Detran que diz que o veículo utilizado na campanha, uma Parati, Placa ACG 3732. Esta Parati pertence ao Banco do Estado do Paraná e mostro aqui, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a prova da fraude eleitoral, do uso e abuso do poder econômico.

Por isso, Senhor Presidente, atendendo ao seu apelo, eu deixo aqui também, mais uma vez, à disposição da Bancada do governo do Estado, toda essa documentação que já foi dada entrada na Justiça Eleitoral, através de uma representação formulada por minha pessoa, contra o governo do Estado do Paraná, pelo uso e pelo abuso da máquina na campanha eleitoral do candidato a Prefeito Maurício Fruet e esse processo já está correndo a nível de Tribunal Regional Eleitoral.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Henrique Bona Turra.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Nilton Barbosa.

O SR. NILTON BARBOSA - Senhor Presidente, gostaria de registrar a presença em Plenário, do Vereador Presidente da Câmara de Alto Piquiri, Dr. Antônio, do Vereador Valdomiro Cardoso Moura e do Diretor proprietário da Tribuna do Povo de Umuarama.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - De-

vidamente registrado.

Com a palavra, o Senhor Deputado Luiz Henrique Bona Turra.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Senhor Presidente, é um prazer combater inimigos que combatem e que estão vivos, ainda que transcorridos mais de 45 dias desde a formulação primeira das denúncias que aqui procedi, traz agora o Deputado Paulo Maia, uma tentativa de esclarecer o emaranhado em que se encastrou a gestão política, a gestão pública no município de Curitiba, sob a égide falsa, sem correspondência no plano nacional do Partido Democrático Trabalhista. Importa assinalar que o Partido Democrático Trabalhista do Paraná não tem nenhuma correspondência com a direção nacional do Partido. Ex-arenistas, ex-pedecistas, homens que serviram ao regime, se assenhorearam do Partido Democrático Trabalhista do Paraná, e sob a bandeira que deveria ser a bandeira socializante, fazem acordos de toda ordem, violando as orientações gerais do seu Partido, violando o programa partidário e portanto, conspurcando a própria imagem do trabalhismo nacional.

Este é o primeiro esclarecimento que, em nome do PMDB devo fazer. O PDT paranaense não tem correspondência com o PDT nacional. Tivesse correspondência, o PDT paranaense diria e diria em voz firme, o que pensa sobre a privatização da Companhia Siderúrgica Nacional, porque, semana passada, o governador do Estado do Rio de Janeiro, Líder trabalhista, Leonel de Moura Brizola, afirmou que, avaliada hoje a Companhia Siderúrgica Nacional, teríamos valor estimado na ordem de 8 bilhões de dólares, uma Companhia da união nacional, vendida a preço de banana, e em dinheiro, não em moedas podres, apenas 24 milhões de dólares foram suficientes para comprar a Companhia Siderúrgica Nacional.

Vejam, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que 10%, aliás uma quantia e um percentual emblemático, ficam na cota-parte do Banco BAMERINDUS.

O BAMERINDUS, como todos sabem, é de propriedade do Senador e Ministro da Indústria e Comércio, Dr. José Eduardo de Andrade Vieira, que como tal está impedido para os atos de comércio, e como tal está impedido de participar de licitações públicas, e como tal está sujeito, inclusive, à perda do mandato e à perda da função de Ministro.

Além de dar causa para ferir de morte o leilão promovido para privatização da Companhia Siderúrgica. Isto deveria ter sido dito! Deveria ter repercutido pelo PDT Nacional, o "tijolo" do Governador do Estado do Rio de Janeiro. Mas, nada disso...

O Sr. Mário Bezerra - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Não poderia conceder aparte, Deputado Mário Bezerra, já que não me foi dada a oportunidade, no pronunciamento longo e exaustivo do Deputado Paulo Maia, para fazer uso da palavra.

O Sr. Mário Bezerra - É só um esclarecimento a V.Exa, em 20 segundos.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - É importante, então, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que tendo em vista o comprometimento, que é um comprometimento, visceral...

O Sr. Mário Bezerra - O Ministro está licenciado...

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - ... da direção estadual do PDT, em especial dos agentes políticos e públicos que atuam no município de Curitiba, com o BAMERINDUS, não é possível, mesmo, repercutir as denúncias que faz o Governador do Estado do Rio de Janeiro.

E, mais grave, ontem recebi, como receberam todos os Senhores Deputados, nesta Casa, convite da Associação dos Funcionários BAMERINDUS, que era justamente chamando, não apenas pela Associação dos Funcionários, mas também pelo Ministro, Senador e Diretor Presidente do conglomerado BAMERINDUS. Todos os Senhores Deputados desta Casa receberam convite da lavra do Diretor Presidente do conglomerado BAMERINDUS, para a BAMERINFEST 93, que deverá ocorrer a partir de 15 de maio, dando conta e sendo prova cabal da vinculação entre o Diretor Proprietário do BAMERINDUS, a sua ação no Ministério e a sua participação no leilão da Companhia Siderúrgica Nacional!

Portanto, o que disse o Senador banqueiro, José Eduardo de Andrade Vieira que há três anos estava afastado do BAMERINDUS, na Folha de São Paulo, em resposta às declarações do Governador do Paraná, constituem uma inverdade, constituem uma mentira, constituem uma mistificação.

O Governo do Paraná não precisa da minha defesa. O Governo do Paraná tem a defesa das ruas. As questões todas suscitadas por V.Exa, Deputado Paulo Maia, são muito interessantes. Apresentei, e tem razão V.Exa, em exigir ainda maior rigor deste Deputado, porque todo rigor, de cada um de nós, ainda é pouco, para o cumprimento das nossas missões e das nossas funções institucionais.

De todas as medidas que anunciei, apenas com uma ingressei junto ao Ministério

Público: a que diz respeito à questão que reputo a principal e capital de todas que aqui coloquei. É a que diz respeito ao transporte coletivo de Curitiba, sua gerência é especificamente ao derrame de 25 milhões de fichas de vale-transporte, correspondente em valores da época a 75 bilhões de cruzeiros. Fato negado pela direção da URBS, mas que é objeto de representação própria junto ao Ministério Público.

Como também é objeto de representação própria que promovi junto ao Ministério Público, esta é uma questão preliminarmente já decidida pelo Tribunal de Justiça, que diz respeito à limitação temporal da venda dos vale-transportes.

Mas, há ainda que se ter as outras medidas suplementares, como aquela que diz respeito ao cometimento do crime de enriquecimento ilícito, reconhecido documentalmente pelo Diretor proprietário, ou ao menos "testa de ferro" do Jornal do Estado, em conluio com o transporte coletivo, como também será necessário que nós tenhamos a apuração, ainda que eu esteja ao abrigo do artigo nº 53 da Constituição Federal que tem correspondente na Constituição do Estado. "Que os Deputados e os Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de mandato, nem sobre as pessoas que vos confiaram ou deles receberam informações". E como a informação que recebi é de uma senhora que atendia a um dos envolvidos na "Operação Paraguai" e aqui escrupulosamente tenho procurado me conduzir, uma secretária e é mais uma secretária que detona o esquema, que não é principal nem o único, mas é o esquema que denominei "Operação Paraguai", pelo qual o Banco Bamerindus firmou contrato com agência Nefta com sede em Assunção e devolveu esses recursos na forma de serviços e de dinheiro a campanha Municipal do hoje Prefeito e então candidato ex-deputado Rafael Greca.

O SR. ALGACI TÚLIO - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. LUIZ H. BONA TURRA - Não poderei lhe conceder Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Questão de Ordem)  
Sr. Presidente.  
(Assentimento).

Gostaria que a Mesa observasse o horário da Liderança, da forma como observou até aqui, quando nós estivemos ocupando a Tribuna, Deputado Paulo Maia, o horário exato concedido a cada um, a rigidez até agora adotada na sessão de hoje.

(vozes acumuladas)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Soli-

cito ao Deputado Bona Turra que tenha já utilizado os oito minutos e meio que cabe a Liderança a Mesa lhe concede mais um minuto para concluir.

O SR. LUIZ H. BONA TURRA - Foi me concedido o horário da Liderança do PSDB para conclusão do nosso depoimento.

O SR. LUIZ H. BONA TURRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados a agência dos esclarecimentos do Deputado Paulo Maia, a G.M. reconhece não a existência de um contrato seu diretamente com a Prefeitura de Curitiba, mas reconhece trabalhos prestados a empresa que firmou contrato com a agência, com o atual Município de Curitiba. Portanto não está descaracterizada a conotação que fiz, mas o que é mais importante e são muitas, inúmeras as questões que merecem ser tratadas. O que é mais importante é que do mesmo modo como aqui me ponho em muitas ocasiões na posição de ataque, em outras tantas me é exigido e devo cumprir esse dever, o do esclarecimento da gestão pública do Governo do Paraná, especificamente sobre questão de publicidade no Governo do Paraná levantada pelo Deputado Mário Bezerra e eu ouvia com atenção o Deputado Mário Bezerra, as conotações do Deputado Basílio Zanusso. Também como ele, entendo que é dever, poder da oposição como também de todos os Deputados o exercício da fiscalização relativamente aos atos do Poder Executivo. E tive que refletir para poder consentir como uma manobra, essa sim regimental, e era isso que colocava quando em questão de ordem não pude concluir o raciocínio aposta pelo Deputado Erondy Silvério. Que a questão de fundo que se discutia com a conotação daquele conjunto de CPIs era uma manobra regimental. Mas eu trago aqui alguns esclarecimentos a V.Exa. Deputado Mário Bezerra. Procedeu-se licitação em 1991, que foi sobrestada por diversos recursos e que não foi repetida. Ficou confiante o Governo do Paraná da necessidade de um lado dispor dos serviços especializados na área da publicidade e a de outro, a de não tendo realizado licitação não poder legalmente promover contratos com o setor privado, já que vedados os contratos sem a prévia e necessária licitação.

Foi assim que num acordo que incluiu as agências de publicidade através da sua entidade representativa. Bem como os proprietários de veículos de comunicação social, passou-se a entender que o Governo do Estado não mais contrataria agências de publicidade, ainda que o Decreto Lei nº 2.300 aplique o procedimento porque inexigível, a licitação nos casos de publicidade.

O SR. MARIO BEZERRA - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. LUIZ H. BONA TURRA - Não poderei conceder eu quero prestar os esclarecimentos a V.Exa.

O SR. MÁRIO BEZERRA - V.Exa. não concede aparte porque V.Exa. não concordou com a CPI. Somente a CPI ia esclarecer, a fala de V.Exa. não me convence.

O SR. LUIZ H. BONA TURRA - Então, estamos diante de uma situação concreta e objetiva em que não havendo contrato entre o Governo do Estado em nenhuma agência de publicidade no período referido - 1992 - 1993, não há nenhum contrato que se inquirar nenhum contrato viciado ou nulo, mas essa não deixa de considerar a questão que é principal e que é objeto de proposta, proposição nossa ao Governo do Estado. Que, diante da impossibilidade jurídica de realização de licitação em tempo hábil, que o Estado organize a sua própria agência de publicidade.

Eu não vejo outra saída que não o Governo organizar a sua própria agência de publicidade para promoção, produção de todos os noticiosos bem como de todas as reportagens e vinculações no interesse do Governo do Paraná.

E eu concluo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, atentando apenas ao fato de que o Deputado Paulo Maia deixou de tratar, embora, não se deram em parte, satisfatórias, as explicações aqui trazidas e que deverão merecer o meu estudo mais atento. Deixou de trazer à consideração uma questão que reputei no meu pronunciamento anterior fundamental, a que diz respeito aos procedimentos licitacionais de obras públicas. Há o amparo do Decreto Lei 2300 - Os Estados, os municípios e a União à exceção do Estado Federado paranaense...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa informa que seu tempo está esgotado e concede um minuto para concluir.

O SR. LUIZ H. BONA TURRA - Continuam sendo realizadas aquisições, compras e obras diretamente com o valor dispensados em licitação de até 3 bilhões de cruzeiros. Portanto a proposição que faço a V.Exa. e creio que aqui se estabelece o debate em que as posições políticas e administrativas de parte a parte se colocam. Faço uma proposição a V.Exa., que possa dirigir a S.Exa. Prefeito de Curitiba, uma orientação no sentido de que o mesmo dispositivo que assegura prévia e necessária publicidade em Diário Oficial e na Imprensa particular, para que todas as obras, possam ser estendidas ao importante funda-

mental capital paranaense. E o mesmo obrigado.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Quero apenas registrar nessa Casa que, em nome do PDT do Paraná falamos quando o Deputado Bona Turra registra a participação de companheiros da ARENA, da antiga ARENA, nós queremos aqui apenas registrar que o maior cancro da política brasileira - José Sarney não está no PDT não. Verifique bem de que partido ele é para depois falar a respeito do PDT. E a questão Brizola nós nos fechamos sempre em relação àquilo que o nosso Líder maior fala e faz.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Horário das Lideranças concedo a palavra ao Deputado Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós temos defendido a independência dos Poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário. Mas no Paraná parece que há uma aberração, o Sr. Governador, monarquicamente governa e não aceita que outros exerçam a sua independência. Faz de toda força possível que ele tem para submeter, sob o seu tacão, os demais Poderes. E infelizmente, essa posição do Sr. Governador encontra eco no Poder Legislativo. E pudemos notar a postura que teve ontem a bancada governista por se colocar ao lado do Governador impedindo qualquer tipo de ação de constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito para que se pudesse fiscalizar o Poder Executivo.

Se o Sr. Governador realmente governa com integridade e honestidade ele não tem porque temer a constituição de uma CPI. Mas, no entanto usando, nós compreendemos perfeitamente, de artifício regimental a sua bancada agiu, no nosso entender, de uma maneira nada digna, de uma maneira espúria e imoral como o que fizeram ontem dentro deste Parlamento. Eu acredito que não deve ter sido fruto de todas as cabeças, mas talvez, de alguma cabeça doente que se diz fiel seguidora do Sr. Governador não consegue enxergar aos lados nem para trás para que possa ver que o Poder Legislativo é independente e não deve servir ao Sr. Governador do Estado.

Temos de saber, o povo brasileiro rejeitou a monarquia e não estava nem em discussão a monarquia absolutista que é o que o Requião deseja ao nosso Estado. Essa manobra constituída ontem no entender da bancada do Partido dos Trabalhadores somente vem depor contra esse Poder, somente fará com que a população aumente seu descrédito em relação aos Deputados, em relação ao Poder Legislativo.

Eu acho que os Deputados que assinaram

aquela pedido de CPI ontem devem pensar sinceramente se eles estavam corretos. E eu gostaria que esses Deputados cobrassem que todas as CPIs fossem até o fim e que pelo menos dessem respostas à questão do jogo do bicho que autoritariamente o Sr. Governador não conseguiu terminar e queremos ver o resultado dessa CPI. E queremos resposta se realmente há invasão das verbas da PETROBRÁS, por que isso está no campo do Governo Federal e não é de competência deste Poder fiscalizar. E também pedir uma CPI para apurar irregularidades na construção do forum. Sinceramente, Srs. Deputados, é desacreditar do próprio governo e do próprio Deputado Bona Turra, que até recentemente estava à frente do DECON e diz ele que fez levantamento completo de todas as irregularidades.

Portanto, a bancada governista deve estar duvidando de um dos seus membros neste Parlamento, e por isso, pedindo esse tipo de CPI.

Concedo aparte ao Deputado Paulo Maia.

O Sr. Paulo Maia - Eu me somo ao seu pronunciamento e registro que nesta Casa não se fez apenas ontem aquilo que fez com medo da verdade na instalação de uma CPI em cima do que denunciava um jornal de respeito de publicação, que é a Folha de São Paulo.

Vossa Excelência tem documentos comprobatórios que trouxe a essa tribuna, pediu a criação de uma CPI e o bloco de sustentação do Governo da Casa derrubou essa CPI com medo da verdade que Vossa Excelência trazia, através de documentos comprobatórios.

Então, isso não é transparência, isso não é dizer que se vive com a verdade. Então, isso tem que ser registrado na Casa. Não é questão de tentar inviabilizar o Governo. É fazer com que o discurso seja coerente com a prática.

Muito obrigado.

O DR. ROSINHA - Concordamos com Vossa Excelência.

É de lamentar que a postura de alguns Deputados detém contra esse Poder, aumentando o descrédito junto à população.

E, se o Governo Federal realmente é honesto como prega, se realmente prima pela moralidade, ele não deveria ter medo de CPI's. Não deveria ter medo de que aquela da Saúde fosse concluída, não deveria ter medo de que esta da Polícia Militar viesse à tona o debate neste Plenário, que é o que não deseja a Bancada Governista, através do requerimento enviado à Mesa pelo Deputado Oswaldo Trevisan. E novamente temeram e fugiram da verdade ontem, ao usar este artifício imoral do Regimento, não um Regimento imoral, artifício imoral de pe-

dir cinco CPI's no mesmo dia, impedindo que se apurasse se há ou não verdade nas irregularidades publicadas pela Folha de São Paulo.

Ante o fato de ontem, ante o que aconteceu ontem, leva os Deputados e a sociedade a acreditar que o que foi publicado na Folha de São Paulo é verdade e para não chegar mais a fundo é que os Deputados governistas fizeram a manobra de ontem!

Esperamos que os Deputados justifiquem o que foi publicado na Folha de São Paulo, confirmem que o governo é honesto e moral, porque o que tentou o Deputado Bona Turra, naquela tribuna, não conseguiu e nem conseguirá, desta maneira.

Muito obrigado.

O SR. CLEITON KIELSE (Pela Ordem) - Sr. Presidente, queria registrar com satisfação, a presença neste Plenário, do Prefeito de Nova Aliança do Ivaí, Irineu. Seja bem-vindo, Prefeito.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa se soma à manifestação de regozijo de Vossa Excelência.

A Mesa, antes de iniciar a Ordem do Dia, solicita a atenção dos Srs. Deputados para o pedido especial do Deputado Dirceu Manfrinato, para que os Srs. Deputados compareçam ao Simpósio que irá discutir a problemática do café, dentro daquilo que se intitula Projeto Ouro Verde.

Este Simpósio será realizado nesta Assembléia, segunda-feira, dia 17, às 14:00 horas. Eu peço aos Srs. Deputados para que agendem e compareçam a este evento.

Solicito ainda a atenção dos Srs. Deputados, para que tenham ciência de que sexta-feira, amanhã, não teremos sessão. Segunda-feira teremos o encontro da cafeicultura neste Plenário. Terça-feira, sessão ordinária. Na sessão de terça-feira, diante dos entendimentos mantidos hoje na reunião de lideranças, farão parte da Ordem do Dia os projetos que dizem respeito à isonomia salarial, Projeto 102, Projeto 107, Projeto 110 e também o Pública 136/93.

Neste sentido e tendo em vista que estes projetos, a maioria deles não possui pareceres das Comissões de Justiça e Finanças, dado que nos encontrávamos numa fase de entendimentos para aprovação destes projetos, já ajustamos com o Deputado Erondy Silvério, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e Loureço Fregonese, da Comissão de Finanças, reuniões da CCJ segunda-feira, às 13:30 horas, e da Comissão de Finanças, às 14:00 horas, para que os projetos possam receber os necessários pareceres, após o que será publicada, pela nossa gráfica, a Ordem do Dia já com os pareceres das comissões.



O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

# ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício n° 1894/93, subscrito pelo Sr. Deputado Rossoni, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 13 do corrente mês, em função de compromissos em sua Região. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 096/91, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Advogados de Assis Chateaubriand, com sede e foro no município de Assis Chateaubriand. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Public. no D.A. n° 24 de 21.03.91).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 96/91

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Nilton Barbosa, o Projeto de Lei n° 96/91, visa declarar de Utilidade Pública a Associação dos Advogados de Assis Chateaubriand, com sede e foro no município de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná.

Estando o presente plano de lei ora em pauta, em perfeita consonância com a legislação pertinente a matéria (Lei n° 6994, de 10.01.78), emito o meu PARECER FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 11.05.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 103/91, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Assistência Social Evangélica Betânia. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Public. no D.A. n° 27 de 02.04.91).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 103/91

PARECER:

O Projeto de Lei em exame de autoria do nobre Deputado Duílio Genari tem por finalidade a declaração de Utilidade Pública da Assistência Social Evangélica Betânia, com sede e foro no município de

Toledo.

Procedida à análise constitucional, legal e regimental da matéria, constatamos a inteira atenção da iniciativa aos ditames da Lei Estadual n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, que dita normas para a declaração de Utilidade Pública e Sociedade Cívica do Paraná.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu PARECER FAVORÁVEL, opinando pela aprovação do presente plano de lei, encontrando-se a matéria em perfeitas condições de seguir a sua normal tramitação processual legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.05.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 396/92, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Lar Bom Samaritano, com sede no município de Céu Azul/Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Public. no D.A. n° 171 de 30.11.92).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 396/92

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Neivo Beraldin, o Projeto de Lei n° 396/92, declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Lar Bom Samaritano, com sede e foro no município de Céu Azul, Estado do Paraná.

Da análise proferida, constatou-se estar o presente plano de lei, em perfeita consonância com a Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, dispositivo este que dita as normas para que uma entidade possa ser declarada de Utilidade Pública.

Por tal fato, este relator emite o seu parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.05.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 139/93, de autoria do Deputado Toti Colaço, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e a Infância, com sede no Município de Quinta do Sol. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Public. no D.A. n° 36 de 26.04.93).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 139/93

PARECER:

Propôs o autor a declaração de Utilidade Pública, a Associação de Proteção à Maternidade e a Infância, com sede no Município de Quinta do Sol.

No âmbito desta Comissão não se percebe nenhum óbice que possa impedir o prosseguimento do projeto.

O art. 6º em seu parágrafo único contido nos seus Estatutos Sociais, por si só, supre a omissão do relatório de atividades.

Pelo exposto, somos pelo deferimento.

Sala das Sessões, em 11.05.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

LUIZ ANTONIO SETTI - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 143/93, de autoria do Deputado Toti Colaço, que declara de Utilidade Pública o Lar dos Velhinhos "São Judas Tadeu", com sede no município de Quinta do Sol. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Public. no D.A. nº 36 de 26.04.93).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 143/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 143/93, de autoria do Deputado Toti Colaço, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública, o Lar dos Velhinhos "São Judas Tadeu", com sede no município de Quinta do Sol.

Da análise do referido projeto, em razão do mesmo atender ao que dispõe a Lei nº 6.994, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.05.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NILTON BARBOSA - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 151/93, de autoria do Deputado Alceu Swarowski, que declara de Utilidade Pública a Fundação Comunitária de Desenvolvimento Integrado de Rio Negro-Fundir, com sede e foro na cidade de Rio Negro. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Public. no D.A. nº 38 de 28.04.93).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 151/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 151/93, de autoria do Deputado Alceu Swarowski, declara de Utilidade Pública a Fundação Comunitária de Desenvolvimento Integrado de Rio Negro - FUNDIR, com sede e foro em Rio Negro.

Na estrita competência desta Comissão de Constituição e Justiça, não existem óbices constitucionais, legais ou regimentais à normal tramitação da matéria e sua apreciação pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 11.05.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 152/93, de autoria do Deputado Alceu Swa-

rowski, que declara de Utilidade Pública a Associação e Assistência Social Wesleyana da Vila São Pedro, com sede e foro em Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Public. no D.A. nº 38 de 28.04.93).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 152/93

P A R E C E R:

O nobre parlamentar propõe projeto de lei, que visa declarar de Utilidade Pública a Associação e Assistência Social Wesleyana da Vila São Pedro, com sede e foro em Curitiba, neste Estado.

Analisada a matéria em seu aspecto legal, a encontramos em conformidade com a Lei nº 6.994 de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre as normas para a declaração de utilidade pública.

Assim sendo, esta Relatora não encontra óbice constitucional e regimental para o trâmite normal do presente projeto nesta Casa de Leis.

Parecer favorável, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 11.05.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

EMILIA BELINATI - Relatora

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 168/93, de autoria do Deputado NEREU MOURA, que declara de Utilidade Pública o Hospital Santo Antônio, com sede e foro no Município de Guaraniaçu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. - Aprovado. (Publ. no D.A. nº 42, de 05.05.92).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 168/93

P A R E C E R:

Ao recepcionar da douta Comissão de Constituição e Justiça, para fins de parecer, o Projeto de Lei nº 168/93, de autoria do nobre Parlamentar Nereu Ramos, que propõe declarar de Utilidade Pública o Hospital Santo Antonio, com sede e foro no município de Guaraniaçu, cumpre-me relatar que a presente propositura de lei, do ponto de vista legal, nada tem que obste sua normal tramitação.

Portanto, damos o parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.05.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Eu gostaria de um esclarecimento, Sr. Presidente.

Na reunião hoje das lideranças, nós estabelecemos alguns pontos que viabilizariam o entendimento que possibilitaria a aprovação dos projetos das mensagens do Governo do Estado e do Poder Judiciário,

da Procuradoria, com alguns acréscimos.

E nós gostaríamos de saber se a intenção é que terça-feira teremos na Ordem do Dia, além desses projetos originais na forma em que estão colocados, ou se pelo menos haverá uma tentativa de se incluir na Ordem do Dia de terça-feira um entendimento global, um projeto reformulado, de forma a resolver todos os problemas que estão pendentes com as Mensagens que foram anunciadas pela Mesa, se é essa a intenção da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Respondendo à Questão de Ordem do Deputado Ernani Pudell.

Durante a reunião das lideranças, no gabinete da Presidência, pela manhã, surgiu a perspectiva de que pudéssemos ter uma nova mensagem onde se contemplasse os três Poderes evidentemente numa proposta de implantação da isonomia salarial, bem como também que somada essa discussão da isonomia salarial, tivéssemos também uma mensagem governamental, ou uma mensagem do Governador Requião, do Tribunal de Justiça e do Ministério Público, e conseqüentemente do Tribunal de Contas, estabelecendo os vencimentos e também fixando uma política salarial para os próximos meses, ou quem sabe até final desse governo.

Nesse sentido, a assessoria da Presidência encontra-se reunida neste momento, com o Dr. Gastão, Secretário da Administração, com o Dr. Maresi, Procurador Geral do Estado, e como ficou ajustado, nós teremos na seqüência, às 17:00 horas, uma nova reunião das lideranças, para avaliarmos o esboço daquilo que poderia ser uma proposta de entendimento.

A Mesa informa ainda ao Plenário, que após a reunião das lideranças, que se iniciou às 10:00 horas e terminou às 14:30 horas, e tivemos outra reunião com o colégio de Procuradores da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Paraná, que se alongou até por volta das 14:00 horas da tarde, quando relatamos a eles todos os procedimentos e todos os encaminhamentos. E temos convicção de que também os Procuradores, a exemplo do Poder Judiciário e do Governador Roberto Requião, haverão de se somar à Assembléia Legislativa nessa proposta, nessa idéia que estamos tendo de encontrarmos o caminho para sairmos do impasse.

Razão pela qual, Deputado Ernani, que em função dos pareceres que precisamos aos projetos e das reuniões que serão realizadas na segunda-feira, pela CCJ e CF, estamos deixando de publicar a Ordem do Dia da próxima terça-feira, apenas na segunda-feira à tarde ou à noite, dando espaço e possibilidade para que, em sendo enviadas novas mensagens à Assembléia Legislativa,

possamos também nesta reunião de segunda-feira, apreciá-las nas comissões e publicá-las para a Ordem do Dia de terça-feira e, quem sabe, se tudo correr bem dentro daquilo que estamos imaginando, haveremos de encontrar realmente solução na próxima terça-feira, para o problema hoje existente.

Eram estes os esclarecimentos.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Pela Ordem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é meu dever registrar de maneira muito feliz o comportamento e a isenção de Vossa Excelência durante os trabalhos de hoje pela manhã com os líderes partidários.

Vossa Excelência atendeu aos apelos formulados por vários Deputados na sessão de ontem, e conduzindo-se de forma impecável, de forma imparcial. Como um juiz ao ouvir as partes, as explicações, as exposições, passou a merecer o nosso maior respeito e o respeito daqueles que tiveram a oportunidade de participar desta reunião.

Que outras reuniões sejam feitas como a desta manhã, porque será uma maneira de fortalecer este Poder, onde todos possam, não pelo número de suas bancadas, mas pela expressão da sua vontade de servir à comunidade paranaense, todos possam com liberdade expor ao Presidente as suas idéias, os seus propósitos e também as suas reivindicações.

Vossa Excelência registrou nesta Casa um fato importante que deverá ficar nos seus Anais.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa informa ainda ao Plenário que na reunião das lideranças ficou entendido, além desta reunião de hoje à tarde que faremos para avançar um pouco mais nos entendimentos, na segunda-feira nova reunião das lideranças deverá ocorrer para, quem sabe, já à luz de fatos novos, encaminharmos uma solução para os problemas.

Sobre a mesa, Requerimento nº 1248, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1242, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1252, de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1239, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1241 e 1240, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins

constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1243 e 1250, de autoria do Sr. Deputado José Alves, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1238, de autoria do Sr. Deputado João Preis, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1232 a 1236, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1244 e 1245, de autoria do Sr. Deputado Toti Colago, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1237, de autoria do Sr. Deputado Oswaldo Trevisan, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1249, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento n° 1236-A, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1251, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - Aprovado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, encaminhando o requerimento, meus cumprimentos à Boca Rouge, que é presidida pela vereadora Rosa Maria Chiamulera, que dez anos tem reconhecido figuras extraordinárias de mulheres da nossa sociedade, inclusive eu tenho certeza que no ano que vem sua esposa será uma das homenageadas. Eu tive a honra, ontem, de, em dez anos da Boca Rouge, ser o primeiro homem a ser homenageado por essa entidade. Acho que é uma honra para este Parlamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Nossos cumprimentos pela homenagem recebida pelo Deputado Algaci Túlio.

Requerimento n° 1228, de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão convocando os Senhores Deputados para o Simpósio da Cafeicultura, como parte do Projeto Ouro Verde, a realizar-se no dia 17, às 14:00 horas, no Plenário desta Casa.

Marca ainda uma Sessão Ordinária, para terça-feira, dia 18, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEN DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 050/93

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s: 096/91, 103/91, 396/92, 102/93, 110/93, 139/93, 143/93, 151/93, 152/93, 168/93.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s: 107/93, 135/93, 136/93.

Levanta-se a sessão.

Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEP. ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO DO DIA 13 DE MAIO DE 1993.

"O 13 de maio e a isonomia social"

De autoria do jornalista Narciso Assumpção

O 13 de maio vem, mais que nunca, iluminar as sombras do passado. A data tem a força de focar holofotes modernos sobre cenas e personagens, e até no clima, do que se entende perdido, isolado na noite da História e do esquecimento dos homens, que brasileiros que são, se insinuam desligados da contemporaneidade, sem memória ativa num País peculiar.

O Brasil saboreia a si mesmo. Serve seu cotidiano, como antepasto, se devora, sem esparnear, sua própria cabeça, e tenta esconder que devido à sua formação escravocrata sempre foi canibal de seu corpo e degustador do sangue que corre em suas veias.

O 13 de maio só traz ao negro a recordação viva de que nada mudou para os descendentes de africanos, e que mesmo a autofagia surrealista que campeia no Brasil, com uma boca maquiada, devorando a si mesma, e a cabeça, como máquina assassina, banqueteadando-se com os membros de uma raça, que ainda teima em se aninhar em guetos, e quilombolas, esperam que o contraracismo se agigante, como um demônio enlouquecido da ausência de História, da subtração da substância, do delírio do vazio e a discriminação não viva tanto, enquanto dure.

Os negros devem saber que a escravidão no Brasil não foi suave. Os escravos submissos e o senhor de engenho bondoso. A escravidão foi cruel. Que muitos escravos já desde o começo se rebelaram, fugiram e tentaram formar comunidades livres, os quilombos, o que os senhores de engenho consideraram refúgio de marginais e que deveriam ser destruídos, porque eram um perigo para a existência da escravatura e para seus lucros.

Os negros devem saber, e os livros não trazem, que na África não havia selvagens, mas grandes reinos, grandes civilizações.

grandes homens, destruídos através de guerras, de enganos e corrupção. Naquele tempo o dinheiro comprava e mandava como hoje.

Que as leis do "Sexagenário" e do "Ventre Livre" não deram liberdade aos negros, pelo contrário, descarregaram os donos de escravos da necessidade de cuidar dos idosos e das crianças, que não podiam mais trabalhar.

A abolição de 13 de maio de 1888, a Lei Áurea, deu a liberdade aos escravos, mas a liberdade de ser desempregados e marginais, porque muitos negros saíram das fazendas sem dinheiro nenhum, e nenhuma lei se preocupou em favorecer a entrada deles nos novos trabalhos.

Como essas, muitas outras coisas ficam escondidas aos olhos de quem não tem possibilidade de saber mais. Assim, fica-se com a idéia de que a História e a escravidão são uma mancha para os negros, quando na realidade são uma mancha para os brancos.

O racismo no Brasil é útil na visão de assimilação. É útil porque como um filtro deixa subir na sociedade só os que aceitam a maneira de pensar dos de cima. Por isso, para subir, o negro tem que vender a alma, se possível branca, e tornar-se branco, pensar como quem manda e agradecer sempre a ele a possibilidade de ser menos pobre. Dessa maneira, por culpa do racismo, o negro tem, além da pobreza, outra barreira que lhe impede de melhorar as suas condições de vida. E continua, depois de tantos anos, a formar um grupo social, às vezes uma massa, que só serve aos interesses de quem já possui muito.

O dia 13 de maio pode ser a antípoda desta atitude. No momento em que nós, negros, fazemos ele iluminar o passado, passá-lo a limpo, e descobrir as luzes de nossa história psíquica e fatos da nossa humanidade, da nossa história emocional de homens e nos devolve a substância da vida que é, na verdade, o nosso retrato. O 13 de maio para todos os negros deve ter a força de inventar o Brasil, o retrato ficcional que, para nossa surpresa, é verdadeiro e igual ao que somos.

#### "Judiciário tem que ser independente"

De autoria de Senador Luiz Alberto Martins de Oliveira.

"O Juiz a ninguém e a nada se subordina, senão à Lei". (Max Lemonad, Direito Processual Civil).

A independência do Poder Judiciário em face do Executivo constitui, como temos visto, uma das condições essenciais de liberdade" (Harold J. Las Ki, El Estado Moderno).

Ao contrariar esta garantia básica que assegura as condições de defesa e eficiência do Judiciário, o Governador Roberto Requião acabou aparecendo na história con-

temporânea do Paraná, como um homem na contramão dos tempos, e como o único culpado da greve decretada na magistratura e no Ministério Público, e deve estar, por isso, plenamente consciente de que tem total responsabilidade pelas terríveis consequências que, fatalmente, advirão do movimento.

Intransigente, o Chefe do Executivo estadual poderia ter esgotado todos os caminhos do entendimento através de conversações, mas optou erradamente por radicalizar sua posição, que tornou gerador do desconforto inicial, não deixando à classe nenhum outro caminho a não ser a decretação pura e simplesmente de uma greve geral, que promete acabar no dia em que desembarcar no estado um Interventor Federal. O desentendimento entre os dois poderes poderá levar a esta solução radical, embora acredite que ainda resta muito caminho a ser percorrido, muitos encontros a serem realizados.

Ao constatar que as 147 comarcas e os 200 cartórios do Estado estavam paralisados e que mais de 500 promotores haviam aderido ao movimento o governador tratou de fixar sua linha de defesa e aplicando um princípio muito conhecido de contra-informação, para minimizar a greve, passou a apontá-la, numa clara tentativa de buscar o respaldo popular, que não tem, de mera questão de reivindicação salarial. Mas aparentemente, mais uma vez, o tiro parece ter saído pela culatra e a opinião pública, atenta para o que vinha ocorrendo entre o Judiciário e Executivo, repudiou as versões emanadas do Palácio Iguaçu, aceitou o movimento considerando-o como o maior reflexo de situação provocada por um governador que na maioria das vezes abandona o tranquilo caminho do diálogo, da negociação, da conciliação, para impor idéias, posições filosóficas, ideológicas. Comporta-se o Governador no episódio como se só ele, apenas ele, fosse o dono da verdade, como se só ele soubesse o caminho das pedras. Não é o dono da verdade e nem dos segredos do seguro caminho.

Juízes, desembargadores e promotores estão dando ao Estado uma bela demonstração de unidade classista. Isso, acredito vai contribuir, daqui para frente, para que o Senhor Roberto Requião aproveite oportunidade para uma reformulação da sua linha de ação. Há que se respeitar, a todo custo, os outros poderes tão importantes e influentes como o Executivo.

A greve, apesar das explicações que pouco explicam do Palácio Iguaçu, tem objetivos claros, inquestionáveis, pois visa, unicamente, fazer com que o Governador Requião aprenda, de uma vez por todas, para benefício do nosso Estado, a conhecer conviver com eles, os limites dos poderes constitucionais que detém o que tem todo

-direito de utilizar. O Executivo, por força de dispositivo legal, tem que se manter, permanentemente, dentro dos limites estabelecidos para sua área de ação, não podendo, como tem acontecido agora com frequência muito perigosa, invadir setor de responsabilidade de outros poderes, lidando com a convivência que deve ser, acima de tudo, respeitosa harmonia em todos os sentidos. Cada um tem sua responsabilidade fixada e invadir áreas alheias é demonstração de violência intolerável.

O Governador precisa se conscientizar a curto prazo, que como todos os detentores do mando executivo, são obrigados, por lei, a respeitar, em qualquer circunstância, as decisões judiciais, tenham elas a importância que tiverem, e não podem usurpar, como se tem feito com muita frequência entre nós, as funções que cabem, em razão da constituição do Estado, apenas a Justiça. A harmonia que deve existir, também por determinação constitucional, é o princípio básico de qualquer democracia, mas isso, é pena, e como paranaense lamento que isso esteja acontecendo, não está ocorrendo em nosso Estado. A instante, sem razões maiores, o Governador Requião invade área que não é sua e passa por cima daquilo determinado legalmente pelo Judiciário, um Poder que tem que ser independente.

Os magistrados e promotores em greve lutam, ainda, para "impedir a ação deletéria do governante usurpador de funções que desconhece os limites do poder de que está investindo". Eles se afirmam, também humilhados diuturnamente pelo Governador Requião, por agressões através de todos os veículos de comunicação, nos palanques eleitorais, e até por meio de atos oficiais, que alimentam implacável campanha de desmoralização do Poder Judiciário e de seus integrantes.

Os juizes de forma unânime, dizem que tiveram sua dignidade ferida e sua tranquilidade para julgar, para emitir sentenças isentas e justas, fortemente solapada. Querem, por isso, restabelecer a ordem jurídica violada por um governante, que, na situação tem se mostrado intransigente e prepotente, que se julga estar situado muito acima dos outros poderes constituídos.

Busco, e para isso faço um veemente apelo às partes envolvidas, que se estabeleça, a curto prazo, um entendimento de alto nível, capaz de colocar um ponto final na incômoda situação.

Ao defender uma solução conciliadora, ao apelar para um entendimento geral, o faço movido por toda a força moral que o meu passado me assegura. Tenho força e autoridade para pedir que os homens se entendam e resolvam o problema em nome dos interesses populares.

Sou adversário político do Governador Requião mas nunca fui seu inimigo. Reconheço, sempre que isso se faz necessário, as qualidades que tem e o tratamento que ele me dispensa também é cordial. Por isso, gostaria de lembrá-lo que quando o povo é o grande prejudicado chegou o instante das partes se entenderem.

#### "Crise do terrão dos deuses"

De autoria do Advogado Renato Requião

Sempre comungamos da opinião do governador do Estado de que o plebiscito era uma "falsa causa". Não só pela desclassificação das prioridades em face das dificuldades sócio-econômicas emergentes, como pela absoluta inoportunidade política do evento. Vingou o óbvio. E daí? Não fosse a aberração cívica da obrigatoriedade do voto, poucos votariam, por certo, à exceção, claro, do juizes serventuários dos T.R.E. e mesários abnegados.

Toldando estes amargos dias de desesperança da população, recrudescer a constrangedora crise entre o governador e os ilustres magistrados do nosso Judiciário. Não se afigura exaquo afirmar que o "afair", compromete, irreparavelmente, a história do Paraná, macula a melhor doutrina política presidencialista, no "after day" da morna preferência plebiscitária declarada pelo povo. Ato contínuo aumenta a onda de descrédito da opinião popular a respeito dos homens em instituições públicas. Nosso saudoso amigo e escritor José Augusto Gomny já sentenciara com fino humor: "entre os homens públicos e as mulheres públicas, elejo as mulheres públicas; são bem mais autênticas".

A querela, destaque-se, tem sido devastadora. Deprimente.

O velho mestre Darcy Azambuja, na sua proverbial singeleza, enfatiza que "a instituição de executivos fracos, sem autonomia e sem prestígio no vão pressuposto de assegurar a liberdade, matam as democracias". Ensinava ainda o mestre gaúcho que "a organização do Poder Executivo é ponto agudo da ciência política". Evidentemente, pensava ele, e com razão, que um poder limitado, um poder de direito, e não arbitrário e despótico, era o ideal da democracia republicana. Que dispusesse, por outro lado, da necessária "força, recursos e prestígio" para o desempenho na sua missão histórica exigida pela democracia pluralista que ainda tateamos.

Mas, convenhamos, será por imperativo categórico que o estadista se obrigará a uma postura respeitosa e harmônica na coexistência institucional com os outros poderes, mormente na relação com o judiciário. Neste passo, se faz imperioso o dedo do estadista atilado que desembaraça o aparente nó górdio, com a sua agudeza de que falou mestre Azambuja.

Ele, o estadista, deve ter espírito

aguçado para, ao tempo certo, proceder com sutileza para evitar a ruptura da delicada junção entre os atos de jurisdição administrativa, de alçada do executivo e os de natureza jurisdicional diversa de quem compete interpretar e aplicar a lei e o direito para distribuição da Justiça - o Poder Judiciário. Aí o ponto agudo da questão crucial - a crise institucional entre dois poderes que, agora, exige atitude decisiva do estadista.

O presente impasse, evidentemente, tem raízes na conjuntura econômica que empobreceu a sociedade como um todo, mas não a ponto, ainda de envilecer os níveis de civilidade entre as lideranças responsáveis pelos destinos dos dois poderes conflitantes, bem como dos que procuram a justiça e os advogados militantes que acionam a máquina do Judiciário. A coexistência dos poderes conflitantes é ditada por impositivo da lei maior. As questões podem ser complexas e graves, na dinâmica plural e diferenciada dos poderes independentes, mas não serão os caprichos e as idiosincrasias dos homens que farão capitular o império da lei:

E o Judiciário que as constituições mais estáveis, como a melhor doutrina e a sofrida experiência histórica mundial (a nossa data de 1891) contemplou, demagogicamente, como poder "autônomo" na área da competência a ele atribuído pelas cartas constitucionais, inclusive a nossa de 1988.

Na realidade, o Judiciário foi sempre vassalo do Executivo, a partir já da elaboração do orçamento, nos três níveis, quando u'a máfia de animais políticos (a expressão é sociológica e não pejorativa) coonestou seus interesses com o Executivo, postergando o Judiciário a um servilismo compulsório, nem sempre, porém, consentido. Subjacentemente, aí está o cerne da atual crise entre o governador e os ilustres senhores magistrados. Frise-se o óbvio: vassalo pela dependência financeira, agora agravada pela brutal recessão complicada, claro pela supina esculhambação "organizada" do Estado brasileiro.

O folclore do crioulo doido plasmou no canção popular a figura, pouco poética, de que em casa invadida pela fome todos brigam e ninguém tem razão.

Mas quem tem o comando deve possuir o poder de controle.

Sobre si e, principalmente, sobre o tumulto da discórdia pública em pauta Emmanuel já ensinou que a "calma é o teto da alma". E mais "é impossível escrever sobre um papel que treme", quanto mais, na crise em questão, harmonizar sob deblaterrações verbais de retaliação entre duas instituições vitais do organismo político do Estado. Senhores, calma com o andor.

Acorde-nos a imagem formosa do Líbano dos jardins verdejantes de todos os sonhos e pomares de frutos opimos, transformado em ruínas e deserto por uma guerra sem fim, mercê dos preconceitos religiosos e da perfídia dos interesses políticos das velhas oligarquias, fomentadas pelos arquiinimigos externos.

Por extensão, envolvem-nos as imagens pintadas pela mídia que bem maquiou realidades verdadeiras, estimulando sadio otimismo paranista, nos contagiantes trezentos anos de Curitiba, festejados como que nas terras dos deuses.

Da capital futurista arquitetada por Ivo Arzua, Raiz, Jaime Lerner e pelo próprio governador estamos no gozo dos que se sentem no limbo do primeiro mundo.

No Estado se pinta nossa rica agricultura - "celeiro do mundo", com cores e artes que a nossa mídia sofisticada decanta em verso e prosa, à luz de quatro línguas (é verdade, com sofrível sotaque), através de magníficos "clips" divulgando, por exemplo, as conquistas do único banco público do mundo que deu certo (um pedaço disso também é verdade) - o BANESTADO. E saber que tudo isto que nos maravilha e enche de orgulho mora conosco - efêmeros humanoides bípedes, neste terrão abençoado "onde o Brasil deu certo!"

Mas como diria aquele cafona dos anos trinta: pelas barbas de Netuno, como não se pode no Olimpo da terra dos deuses fazer, também, dar certo no Paraná, com tantos talentos à solta - e é o caso do ilustre Senhor Governador, resolver o grave e repita-se, deprimente impasse entre ele próprio e os preclaros juizes do nosso Paraná?

Afinal, não é a mesma constituição vigente no resto do País a que vige aqui na terra dos deuses onde tudo dá certo e rasga o futuro?

A melhor escola dos grandes estadistas e a experiência histórica das maiores nações do planeta (nossos companheirinhos do Primeiro Mundo) tem ensinado que os verdadeiros estadistas jamais ousaram se postar acima das instituições, mesmo e, principalmente, nas crises agudas.

E mais: que jamais um processo de retaliação pode ser precipitado, com virulência retaliatória, entre poderes constituídos em um Estado de direito democrático.

Quando isto ocorre, o governo acaba começando o despotismo, pai bastardo da burocracia.

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO PAULO MAIA, EM SESSÃO DO DIA 13 DE MAIO DE 1993.**



"De Poderes Ditadores e Greves"  
De autoria do Dep. Algaci Túlio

"São poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário" (Art. 2º, Constituição da República Federativa do Brasil).

Quando os constituintes brasileiros inseriram no texto da Carta Magna um dispositivo sobre os poderes do Estado brasileiro, não fizeram isso depois de uma brincadeira de roda ou de um sorteio que resultou em empate, para ver qual poder era mais importante.

Os Estados modernos estão organizados com base nessa tripartição desde a sua concepção pelo Barão de Montesquieu e um dos grandes méritos da idéia de Montesquieu era refrear as características absolutistas dos governantes da época.

A independência e harmonia entre os poderes é tão relevante que consta em nossa Constituição dentre os princípios fundamentais, sem os quais um Estado democrático não pode existir, ao lado da soberania, da cidadania, da dignidade da pessoa humana, dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e do pluralismo político.

Naturalmente que um entendimento desses não poderia ser compartilhado com Franco, Hitler, Mussolini ou Somoza. Mas a história também já se encarregou de reservar a eles o lugar que mais seria conveniente.

Certamente que a ditadura não concebe a divisão dos poderes e sempre se encarrega de reprimir os direitos mais democráticos em nome daquilo que o grupo que a sustenta define como o mais "conveniente para a sociedade". Assim, durante o regime de exceção, brasileiros criaram a Lei de Segurança Nacional, os atos institucionais, mataram, prenderam e exilaram. Sempre em nome da "ordem política e social".

E por que falar da importância da tripartição, de ditadura e de ditadores num Estado democrático?

Primeiro porque é sempre necessário que nos mantenhamos vigilantes para qualquer atentado aos princípios fundamentais do Estado democrático e, segundo, porque, no Paraná, vivemos um conflito sem precedentes entre dois poderes: o Executivo e o Judiciário.

O desrespeito sistemático do Executivo a decisões emanadas pelo Poder Judiciário; um pedido de "impeachment" do governador do Estado, apresentado pela Associação dos Magistrados e uma greve por melhores salários aos juízes são respondidos com declarações seguidas do chefe do Poder Executivo de que o Judiciário

e perulário, não sabe administrar o seu orçamento e de que sua greve é ilegal.

Cresce o impasse e o Legislativo acaba sendo revestido de importância transcendental para a busca de um consenso.

Não se trata mais de descobrir quem atirou a primeira pedra, mas fundamentalmente, de impedir que a próxima seja atirada.

Entendo, particularmente, que é legítima a pretensão de isonomia entre os Senhores Desembargadores e os Deputados Estaduais. Não são, um e outro, membros de poderes? Salvo o surgimento de uma fórmula caolha que conduza a outro entendimento, o pedido de isonomia tem fundamento.

O contrário só pode ser teorizado sobre concepção diametralmente oposta à de Montesquieu. E seu autor só pode estar dentre os ditadores.

Também não parece sensato dizer que os juízes ganham demais pelo que fazem. Fazem - e muito bem feito, serviço essencial à Justiça. O ofício do magistrado é indispensável, dentro dos parâmetros da correção, da justiça e da imparcialidade - para que os direitos continuem sendo preservados e a população não pereça em suas pretensões mais legítimas.

Deixa de existir a Justiça sem o julgador, a não ser que se instaure a anarquia ou que membros de outro poder queiram se investir dessa função, o que seviria os princípios fundamentais do Estado brasileiro.

O corpo burocrático é grande, mas não o bastante eficiente. Assim, uns trabalham muito e ganham pouco; poucos ganham bem e alguns que nem trabalham levam a sua parte.

A solução terá que nascer da racionalização, do respeito a quem merece o melhor serviço público: a população.

A luta virulenta entre contrários não conduzirá ao melhor caminho e se tal racionalização não pode ser procedida a curto prazo, nem por isso uma solução poderá deixar de ser apresentada.

Entendo que os vencimentos dos magistrados, assim como os honorários do advogado, derivam da própria honra. O trabalho não há que ser dado de graça. Nem admissível é que seja pago de forma aviltante. O servidor público não recebeu um "favor" do Estado na forma de emprego. Antes, realiza com ele um negócio, uma prestação de serviço e por isso tem direito ao co-respectivo.

A greve dos magistrados é de importân-

Curitiba, quinta, em 13.05.93

cia para que se questionem as relações que o Estado tem mantido com seus servidores. O pagamento de salários que impedem a sobrevivência dentro dos padrões mínimos de dignidade é imoral.

Nasce um momento propício para a discussão do papel de ambos-Estado e servidores - e das garantias de cada um.

Esta discussão tem caráter emergente e deve ser travada de imediato, entre as partes, a fim de que não sejam estendidos prejuízos ao verdadeiro dono do dinheiro

que um diz proteger do outro: o povo do Paraná.

A população tem direito aos serviços públicos e esse direito alinha-se ao dos servidores, de todas as carreiras, de perceberem um salário compatível com a dignidade humana.

\* Algaci Túlio é Deputado Estadual e vice-líder da bancada do PDT na Assembleia Legislativa do Paraná.